



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO VEREADOR WELINGTON SILVA**

PROJETO DE LEI

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA
A INSTITUIÇÃO AGÊNCIA
ADVENTISTA DE
DESENVOLVIMENTO E RECURSOS
ASSISTÊNCIAIS SUDESTE
BRASILEIRA, NO MUNICÍPIO DE
CARIACICA.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO ESPÍRITO, NO USO DAS
SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS:**

**Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública, a Instituição AGÊNCIA
ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA, com sede à Rua Coruja, 62, São Conrado –
Cariacica/ES, CEP: 29.141-187 e CNPJ: 16.524.054/007-81.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vicente Santório Fantini, 17 de setembro de 2020.

**WELINGTON SILVA
Vereador PTB**







**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO VEREADOR WELINGTON SILVA**

Justificativa

A AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS SUDESTE BRASILEIRA crê na diversidade de dons e ministérios utilizados para cumprir com sua missão. Por essa razão, atua em diferentes áreas que realizam projetos, programas e ações estratégicas, ainda, trabalha com pessoas em situação de pobreza e dificuldade, para criar uma mudança positiva e justa através de parcerias e ação responsável.

Promove projetos de desenvolvimento comunitário e de assistência humanitária sem qualquer distinção política, racial, religiosa, de idade, sexo ou de etnia, melhorando as condições de vidas destas pessoas.

Plenário Vicente Santório Fantini, 17 de setembro de 2020.

WELINGTON SILVA
Vereador PTB







PORTARIA Nº 305, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, CONSIDERANDO os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 120/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS e Despacho nº 2050/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, constante dos autos do processo nº 71000.065981/2017-35, resolve:

Art. 1º Cancelar o CEBAS concedido por meio do Processo de Concessão nº 71010.004202/2009-04, para o período 13/07/2012 a 12/07/2015, à Casa de Recuperação das Mulheres de Deus, CNPJ: 01.521.260/0001-75, com sede em Brasília/DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 306, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficiária de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, e número do parecer técnico:

- 1) COMISSÃO M. DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA- COMAC DE PETROPOLIS, 28.807.352/0001-72, PETROPOLIS/RJ, 71000.067395/2014-82, 40725/2018.
- 2) CAPEMISA SOCIAL, 33.287.319/0001-07, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.070581/2015-80, 49529/2018.
- 3) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMITINHO, 92.405.083/0001-17, PALMITINHO/RS, 71000.039721/2018-95, 54847/2018.
- 4) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARI, 92.453.377/0001-53, JAGUARI/RS, 71000.078359/2017-97, 53269/2018.
- 5) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO BRANCO, 04.518.502/0001-60, RIO BRANCO/AC, 71000.023666/2018-11, 53978/2018.
- 6) ASSOCIAÇÃO COLIBRI, 92.457.548/0001-83, SANTA MARIA/RS, 71000.054691/2018-21, 54353/2018.
- 7) CENTRO SOCIAL BETESDA, 07.834.856/0001-01, FORTALEZA/CE, 71000.035892/2018-45, 54384/2018.
- 8) ASSOCIAÇÃO CRISTÃ LAR COLMEIA, 72.521.412/0001-88, CAMPO BOM/RS, 71000.053311/2018-75, 54540/2018.
- 9) INSTITUTO JOÃO XXIII, 03.284.781/0001-81, VITÓRIA/ES, 71000.035879/2018-96, 54591/2018.
- 10) INSTITUTO JOSE LUIZ FERREIRA, 17.084.484/0001-05, BARBACENA/MG, 71000.035794/2018-16, 54600/2018.
- 11) FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ, 00.106.307/0001-71, CURITIBA/PR, 71000.056766/2018-16, 54655/2018.
- 12) IDENTIDADE FILANTROPICA PROJETO ESPERANÇA SÃO PEDRO APOSTOLO, 04.960.194/0001-28, TAUBATE/SP, 71000.057738/2018-16, 54703/2018.
- 13) CRECHE PARA IDOSOS SENHORA SANTANA, 19.031.360/0001-89, AVARE/SP, 71000.057777/2018-13, 54743/2018.
- 14) APACHI - PV - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO DE HABILITAÇÃO INFANTIL PRINCESA VICTÓRIA, 62.481.262/0001-72, RIO CLARO/SP, 71000.037755/2018-45, 54788/2018.
- 15) CARITAS DIOCESANA DE PARACATU MG, 20.583.522/0001-70, PARACATU/MG, 71000.058272/2018-68, 54747/2018.
- 16) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAGOA DA CONFUSÃO, 05.679.059/0001-71, LAGOA DA CONFUSÃO/TO, 71000.038529/2018-81, 54769/2018.
- 17) ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE MENORES, 50.984.855/0001-72, JUNDIAÍ/SP, 71000.039875/2018-37, 54832/2018.
- 18) LAR DA CRIANÇA ADEODATO DOS REIS MEIRELLES, 19.127.372/0001-01, CRUZILIA/MG, 71000.041692/2018-21, 54971/2018.
- 19) INSTITUTO MUITA, 09.333.522/0001-80, VALENÇA/BA, 71000.041622/2018-73, 54963/2018.
- 20) INSTITUTO EDUCAÇÃO E CIDADANIA, 07.423.378/0001-47, JUIZ DE FORA/MG, 71000.041960/2018-13, 54999/2018.
- 21) LAR ESCOLA SANTA LUZIA PARA CEGOS, 45.030.442/0001-19, BAURUR/SP, 71000.041756/2018-94, 54981/2018.
- 22) ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EDUCAÇÃO - AGE, 05.856.155/0001-59, ALVORADA/RS, 71000.041691/2018-87, 54972/2018.
- 23) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JUNDIAÍ DO SUL, 07.450.470/0001-04, JUNDIAÍ DO SUL/PR, 71000.042515/2018-62, 55048/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152018103100065

24) ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE COMBATE AO CANCER, 07.788.586/0001-40, BETIM/MG, 71000.041921/2018-16, 55003/2018.

25) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO DE BARRO, 16.758.065/0001-30, BOTUCATU/SP, 71000.043567/2018-56, 55106/2018.

26) ASSOCIAÇÃO RESTAURAR, 24.351.030/0001-00, SAO GABRIEL DO OESTE/MS, 71000.042899/2018-13, 55068/2018.

27) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALEGRE, 27.368.794/0001-05, ALEGRE/RS, 71000.043436/2018-79, 55098/2018.

28) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 48.182.992/0001-41, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP, 71000.043831/2018-51, 55112/2018.

29) ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE ARROIO DO MEIO, 87.296.950/0001-93, ARROIO DO MEIO/RS, 71000.042903/2018-43, 55067/2018.

30) AMAS - ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL, 04.481.968/0001-38, CANDIDO MOTA/SP, 71000.044999/2018-42, 55155/2018.

31) AMA - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS, 11.408.672/0001-57, CAMPO NOVO/SC, 71000.044213/2018-29, 55139/2018.

32) AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS - SUDESTE BRASILEIRA, 16.524.054/0001-86, PETROPOLIS/RJ, 71000.044167/2018-68, 55130/2018.

33) CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR DE GOIÁS, 01.640.770/0001-61, GOIANIA/GO, 71000.044353/2018-05, 55151/2018.

34) NÚCLEO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE GETULINA, 48.293.161/0001-47, GETULINA/SP, 71000.044863/2018-74, 55178/2018.

35) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRES COAROS, 83.277.603/0001-86, TRES COAROS/RS, 71000.044532/2018-34, 55162/2018.

36) ASSOCIAÇÃO PROJETO D+ DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 05.422.671/0001-64, IPIGUA/SP, 71000.043908/2018-28, 55215/2018.

37) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLÍMPIA, 12.647.552/0001-12, OLÍMPIA/SP, 71000.045347/2018-67, 55209/2018.

38) SOCIEDADE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA, 19.278.449/0001-44, CARANGOLA/MG, 71000.044980/2018-38, 55175/2018.

39) ASSISTÊNCIA VICENTINA DE GUARACI, 46.607.636/0001-05, GUARACI/SP, 71000.045353/2018-14, 55198/2018.

40) CASA LAR, 05.533.987/0001-23, TRES CORACÕES/MG, 71000.045730/2018-15, 55200/2018.

41) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARILENA, 02.430.522/0001-59, MARILENA/PR, 71000.046642/2018-31, 55230/2018.

42) ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE JAGUARE - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 03.079.392/0001-14, JAGUARE/ES, 71000.046967/2018-13, 55247/2018.

43) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA, 03.794.951/0001-78, CONGONHAS/MG, 71000.046851/2018-84, 55240/2018.

44) ASBRINC - ASSOCIAÇÃO BRINCAR E CRESCER, 06.141.728/0001-97, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.046548/2018-81, 55339/2018.

45) ORGANIZAÇÃO SOCIAL VIDA PLENA, 12.134.197/0001-30, UBERLÂNDIA/MG, 71000.047889/2018-74, 55275/2018.

46) ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO DO MENOR CARENTE DE CAMPO ERE, 75.440.776/0001-21, CAMPO ERE/SC, 71000.047552/2018-67, 55262/2018.

47) ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PROMOÇÃO PROFISSIONAL - APROMO, 80.901.853/0001-33, UMIARAM/PR, 71000.048447/2018-45, 55293/2018.

48) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INOCÊNCIA, 03.050.179/0001-80, INOCÊNCIA/MS, 71000.048112/2018-27, 55277/2018.

49) ASSOCIAÇÃO NOSSO SONHO, 08.840.705/0001-29, FORTALEZA/CE, 71000.047532/2018-96, 55260/2018.

50) EDUCANDÁRIO SANTA MARIA, 50.800.051/0001-76, AVARE/SP, 71000.048450/2018-69, 55291/2018.

51) ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES - AMAR, 02.992.433/0001-04, FIDELDE/SP, 71000.047898/2018-07, 55263/2018.

52) CASA DE ACOLOHIMENTO ABRACE, 01.649.106/0001-83, TUPA/SP, 71000.048569/2018-31, 55300/2018.

53) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS, 05.483.350/0001-60, BRASILIA/DF, 71000.047932/2018-00, 55279/2018.

54) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESPERANTINA, 12.175.584/0001-15, ESPERANTINA/PI, 71000.049855/2018-14, 55343/2018.

55) LAR ACOLOHIDO, 10.580.349/0001-01, TRES PASSOS/RS, 71000.049164/2018-11, 55321/2018.

56) ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL PAROQUIA SÃO JOÃO BATISTA DE BARUERI, 57.389.587/0001-90, BARUERI/SP, 71000.049422/2018-69, 55341/2018.

57) ASSOCIAÇÃO ALMATE, 15.670.588/0001-68, JUNDIAÍ/SP, 71000.051039/2018-35, 55356/2018.

58) ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE APOIO E RESGATE - AMAR, 05.843.471/0001-85, MANAUS/AM, 71000.053376/2018-01, 55394/2018.

Art. 2º Pedido de renovação da certificação de entidade beneficiária de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 307, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

A SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficiária de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1) CENTRO DE PROMOÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR, 71.752.745/0001-55, CAMPINAS/SP, 71000.048160/2011-49, 44748/2018, de 18/10/2011 a 17/10/2016.

2) CARITAS DIOCESANA DE COLATINA, 01.791.507/0001-73, COLATINA/ES, 71000.042937/2015-95, 47536/2018, de 23/03/2015 a 22/03/2018.

3) FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 01.641.000/0001-33, BRASILIA/DF, 71000.003320/2015-54, 47543/2018, de 01/04/2015 a 31/03/2018.

4) INSTITUTO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA DO ABCD - CRAMI, 58.157.710/0001-00, SANTO ANDRÉ/SP, 71000.066327/2016-68, 50057/2018, de 28/11/2016 a 27/11/2019.

5) JONG PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 01.704.771/0001-22, PORTO ALEGRE/RS, 71000.058340/2017-24, 52016/2018, de 16/12/2017 a 15/12/2020.

6) FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS, 46.002.176/0001-83, CAMPINAS/SP, 71000.062703/2017-26, 52235/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

7) INSTITUTO RONALD MACDONALD DE APOIO A CRIANÇA, 03.011.570/0001-75, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.069299/2017-11, 52541/2018, de 22/04/2018 a 21/04/2021.

8) CENTRO DE APRENDIZAGEM METODICA, 44.952.901/0001-59, CUBATÃO/SP, 71000.078350/2017-86, 52763/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

9) OBRA KOLPING DO BRASIL, 44.041.218/0001-60, SAO PAULO/SP, 71000.079897/2017-07, 52805/2018, de 18/02/2018 a 17/02/2021.

10) INSTITUTO LAR DA JUVENTUDE DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO, 84.305.440/0001-47, ITAJAI/SC, 23000.049491/2017-49, 54949/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

11) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRETOS, 45.283.009/0001-95, BARRETOS/SP, 71000.069930/2018-26, 55204/2018, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

12) CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA AROUDIOCESE DE FORTALEZA - CDPDH, 00.276.802/0001-29, FORTALEZA/CE, 71000.017122/2018-11, 53631/2018, de 22/03/2018 a 21/03/2021.

13) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAQUARITUBA, 50.345.842/0001-53, TAQUARITUBA/SP, 71000.022350/2018-11, 53901/2018, de 12/02/2018 a 11/02/2022.

14) PROMENOR SÃO DANIEL COMBONI, 10.926.286/0001-94, ROLIM DE MOURA/RO, 71000.022566/2018-78, 53929/2018, de 28/04/2018 a 27/04/2023.

15) LAR SAO VICENTE DE PAULO DE TAQUARITUBA, 50.799.766/0001-56, TAQUARITUBA/SP, 71000.023692/2018-40, 53979/2018, de 06/11/2018 a 05/11/2023.

16) ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DA SERRA, 00.871.222/0001-80, SERRA/ES, 71000.025030/2018-12, 54050/2018, de 31/05/2018 a 30/05/2021.

17) FUNDAÇÃO ECUMÊNICA DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL, 76.693.076/0001-01, CURITIBA/PR, 71000.025856/2018-73, 54100/2018, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

18) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAIOSES, 01.869.653/0001-74, ARAIOSES/MA, 71000.028063/2018-14, 54193/2018, de 29/05/2018 a 28/05/2023.

19) FUNDAÇÃO KHALEDY ENRIQUE NUNES MORAIS, 12.707.633/0001-13, ESTRITO/MO, 71000.027956/2018-34, 54173/2018, de 29/09/2018 a 28/09/2023.

20) JUVENTUDE CÍVICA POANENSE - JUCIP, 03.318.766/0001-07, POA/SP, 71000.050703/2018-48, 54307/2018, de 17/10/2018 a 16/10/2021.

21) CARITAS DIOCESANA DA DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 07.562.421/0001-55, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 71000.031679/2018-64, 54337/2018, de 30/07/2018 a 29/07/2023.

22) ASSOCIAÇÃO PROBRASIL, 03.783.381/0001-10, SAO PAULO/SP, 71000.034354/2018-33, 54491/2018, de 13/07/2018 a 12/07/2021.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CARTÓRIO Nº 01 OFÍCIO DE PETRÓPOLIS
Estrada União e Indústria, nº 9300 - Lote 02 - Itaipava - Petrópolis - RJ - CEP 25730-735
Tel/Fax (24) 2222-3126

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é reprodução fiel do documento que foi apresentado como original.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camara.cnac.gov.br/autenticidade/soa/identificador>

3100310030003400310031003A005000





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
ATOS OFICIAIS DE 12-12-2014

LEIS

LEI N.º 5.303 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA, NO MUNICÍPIO DE CARIACICA. O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira, com sede a Rua Jaime Pacheco Machado nº 155, Pavimento 03, CEP: 29146.514, bairro Campo Grande - Cariacica - ES, CNPJ: 73.686.370/0197-02.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Cariacica (ES), 05 de dezembro de 2014.

GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.304 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 18 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.922/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 18 da Lei Municipal nº 4.922 de 26 de abril de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal, em caráter excepcional, a contratação temporária para o exercício de funções, observando o disposto do artigo 143 e seus parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, até o provimento dos mesmos por concursos públicos, cuja necessidade se enquadre no disposto no artigo 2º e incisos desta Lei.

§1º Para as funções do cargo de gari fica definido prazo de 120 (cento e vinte) dias, contando a partir do dia 24/12/2014 para a contratação da empresa prestadora dos serviços relacionados à limpeza e asseio das vias públicas do Município de Cariacica podendo o Chefe do Poder Executivo, desde que amplamente justificado, autorizar a dilação desse prazo por igual período.

§2º Fica autorizada a prorrogação dos contratos temporários já existentes por 120 (cento e vinte) dias, podendo o Chefe do Poder Executivo, desde que amplamente justificado, autorizar a dilação desse prazo por igual período, nos seguintes casos:

I - Para as funções do cargo de gari, contados a partir do dia 24/12/2014;

II - Para as funções do cargo de agente comunitário de saúde e do cargo de agente de saúde ambiental, contados a partir do dia 13/12/2014, devendo, nesse período serem adotadas todas as providências para atender ao disposto na Lei Municipal nº 5.265/2014, notadamente quanto à realização de concurso público de provimento efetivo para ambos os cargos."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se todas as disposições em contrário.

Cariacica - ES, 11 de dezembro de 2014.

GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA/GP/N.º 560 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 90, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Cariacica,

Art. 1º. Designar os servidores listados abaixo para comporem a Comissão Responsável pelo Inventário Oficial Anual no Almoarifado da Secretaria Municipal de Saúde:

Presidente;

• Flavia Lyra - matrícula - 108450.

Membros;

• Gilson Queiroz - matrícula - 81941;

• Marcos Paulo Tavares Nascimento - matrícula - 112328;

• Altair Caliani - matrícula - 113335;

• João Batista Soares - matrícula - 27535;

• Alex Sander Mateus dos Santos - matrícula - 111328;

• Alzira do Rosário Ramos Mariano - matrícula - 106936;

• Zenilda Sabará da Silva Gomes - matrícula - 101824;

• Letícia Kruger Zocoloti - matrícula - 37608;

• Filipe Barcellos Caldas - matrícula - 113056;

• Manuela Araújo - matrícula - 111906;

• Lhais Alves Ferreira - matrícula - 113318;

• Rosaura Luz da Rocha - matrícula - 112061;

• Roberto Maciel - matrícula - 114346;

• Aloísio Borges - matrícula - 106338;

• Sebastião Antonio Ribeiro - matrícula - 34287;

• Luiz Felipe da Penha - matrícula - 110086;

• Esrael Santos de Brito - matrícula - 33191.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Cariacica (ES), 17 de novembro de 2014.

GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA/GP/N.º 575 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DEMITE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 90, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Cariacica e Art. 188, Inciso II, c/c o Art. 195 da Lei Complementar nº 029/2010,

RESOLVE:





**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**

CNPJ Nº 16.524.054/0001-96

Av. Sete de Setembro – nº 69 – Icaraí – Niterói – RJ – CEP: 24230-250

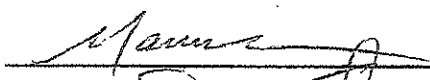


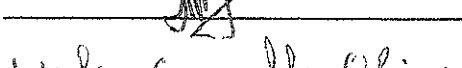
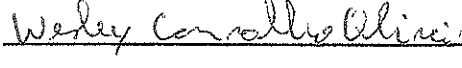
LIVRO DE ATAS

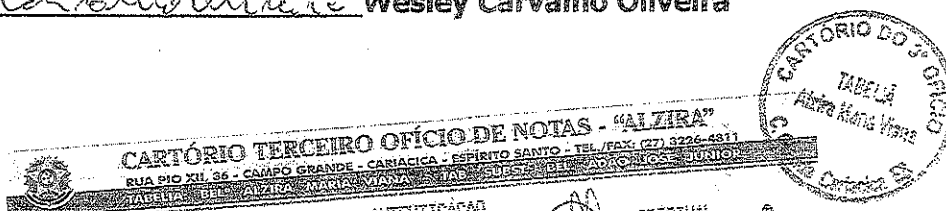
ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 23/10/2012 Folha: 17

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA – Associação civil, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o nº 16.524.054/0001-96, com o seu vigente Estatuto registrado sob o nº 560, no livro A-4, folha 036v, (20/04/2012) no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 3º Ofício de Niterói – RJ, sediada à Avenida Sete de Setembro – nº 69 – Icaraí – Niterói – RJ – CEP: 24230-250, realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e doze (23/10/2012), em sua sede na cidade de Niterói – RJ, às 09 horas. Tendo sido constatada pelo Sr. Presidente: **MAURÍCIO PINTO LIMA**, e pelo Sr. Secretário: **LEONIDAS VERNEQUE GUEDES** a presença de quorum suficiente para deliberar, foram abertos os trabalhos, fazendo-se distribuir a agenda contendo a ordem do dia a ser apreciada na reunião, tendo sido pela unanimidade, votado as seguintes deliberações: **(1) – ABERTURA DE ESTABELECIMENTO: VOTADO**, por unanimidade, a abertura da filial, com nome fantasia: **REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESPÍRITO SANTO**, localizada na Rua Coruja – nº 10 – São Conrado – Cariacica – ES – CEP 29141-018. **(2) – Votado por unanimidade incluir as seguintes atividades: (2.1) Atividade Principal: 9430-8/00** - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais; **(2.2) Atividades Secundárias: 9493-6/00** - Atividades de Organizações Associativas ligadas à Cultura e à Arte; **9499-5/00** - Atividades Associativas não Especificadas Anteriormente; **8712-3/00** - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; **8800-6/00** - Serviços de Assistência Social sem Alojamento; **8690-9/01** - Atividades de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Humana; **8690-9/99** - Outras Atividades de Atenção à Saúde Humana não Especificadas Anteriormente; **8599-6/99** - Outras Atividades de Ensino não Especificadas Anteriormente. Nada mais havendo a ser considerado, foram encerrados os trabalhos, lavrada a presente Ata, a qual após ter sido lida, foi aprovada pelos presentes, sendo a seguir assinada pelo Sr. Presidente, por mim Secretário e pelos demais conselheiros presentes: Volnei da Rosa Porto, Paulo Roberto Gomes e Wesley Carvalho Oliveira.

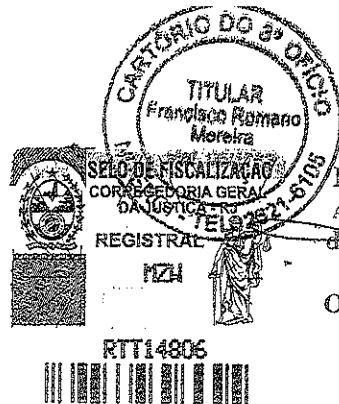
Niterói (RJ), 23 de outubro de 2012.

 **Maurício Pinto Lima – Presidente**
 **Leonidas Verneque Guedes - Secretário**
 **Volnei da Rosa Porto**
 **Paulo Roberto Gomes**
 **Wesley Carvalho Oliveira**



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camara.cariacica.es.gov.br/autenticacao> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000





CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NITERÓI
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

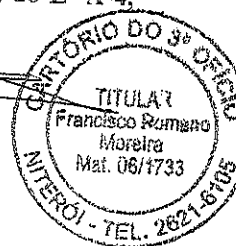
Protocolo nº 913.-

AVERBADO à margem do registro nº 560, de fls. 036vº, do Lº A-4,
do que dou fe.

Niterói, 01 de novembro de 2012.

O Oficial:

Francisco Romano Moreira



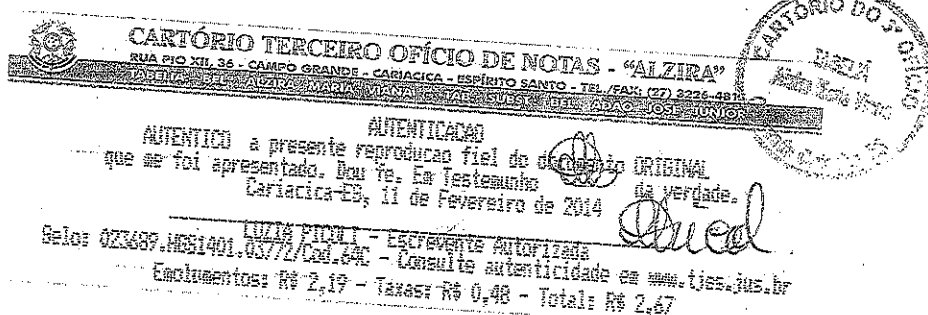
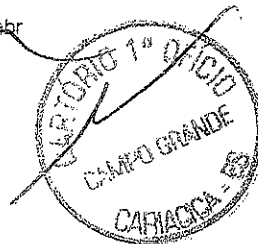
Cartório do 1º Ofício de Cariacica

Rua Pio XII, 36 - 1º andar - Campo Grande - CEP 29146-290 - Cariacica - (27) 2123-4700
Evandro Sarto Antonio - Oficial - e-mail: cartorio@cart1oficio.com.br

PROTOCOLADO SOB Nº 00009322 E REGISTRADO SOB Nº
00003013 DO LIVRO A, em 17 de abril de 2013, CARIACICA/ES.
Emolumentos: R\$ 216,70 - Taxas: R\$ 40,66 - Total: R\$ 257,36.

Selo Digital: 022306.SMZ1204-02793
Consulte a autenticidade em www.tjes.jus.br

Evandro Sarto Antonio - Oficial



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.524.054/0007-81 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/04/2013
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REGIAO ADMINISTRATIVA DO ESPIRITO SANTO	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos 87.30-1-01 - Orfanatos 87.30-1-02 - Albergues assistenciais 87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial 86.30-5-04 - Atividade odontológica 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO R CORUJA	NÚMERO 62	COMPLEMENTO PAVMT0: 1;
-------------------------------	---------------------	----------------------------------

CEP 29.141-187	BAIRRO/DISTRITO SAO CONRADO	MUNICÍPIO CARIACICA	UF ES
--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TESOURARIA.USEB@ADVENTISTAS.ORG.BR	TELEFONE (21) 2199-1000/ (21) 2199-1044
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/04/2013
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/04/2020 às 09:38:22 (data e hora de Brasília).

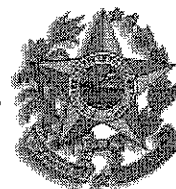
Página: 1/1







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



ATESTADO DE ANTECEDENTES

DOCUMENTO: RG Nº 56014250-x / SP

ATESTO que no banco de dados do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, até a presente data, **NADA CONSTA** contra:

Nome: **CLAIRTON DE OLIVEIRA**

Nome da mãe:

Nome do pai:

Data de Nascimento: 10/08/1968

Documento emitido no dia 14/09/2020 às 10:46:34

**VÁLIDO SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO
UTILIZADO PARA A CONSULTA.**

ESTE DOCUMENTO É DE VALOR TRANSITÓRIO (60 DIAS)

Verificador: 56014250-x143409102046

Observações:

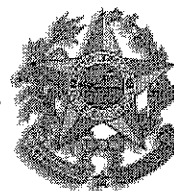
- a) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e **somente será válida** com a apresentação do documento de identificação utilizado para emissão deste atestado;
- b) **Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados de acordo com o documento apresentado;**
- c) **Certidão expedida gratuitamente através da Internet;**
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria de Segurança Pública e do Estado do Espírito Santo - www.sesp.es.gov.br - na opção - **Serviços** - **Validar Atestado de Antecedentes**, o verificador de autenticidade acima identificado;
- e) Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode existir uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



ATESTADO DE ANTECEDENTES

DOCUMENTO: RG Nº 695999 / MG

ATESTO que no banco de dados do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, até a presente data, **NADA CONSTA** contra:

Nome: **LEONARDO PEREIRA MENDES**

Nome da mãe:

Nome do pai:

Data de Nascimento: 26/03/1976

Documento emitido no dia 14/09/2020 às 10:35:39

**VÁLIDO SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO
UTILIZADO PARA A CONSULTA.**

ESTE DOCUMENTO É DE VALOR TRANSITÓRIO (60 DIAS)

Verificador: 695999143909102035

Observações:

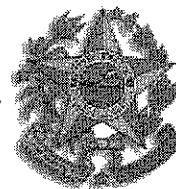
- a) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e **somente será válida** com a apresentação do documento de identificação utilizado para emissão deste atestado;
- b) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados de acordo com o documento apresentado;
- c) Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria de Segurança Pública e do Estado do Espírito Santo - www.sesp.es.gov.br - na opção - Serviços - Validar Atestado de Antecedentes, o verificador de autenticidade acima identificado;
- e) Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode existir uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



ATESTADO DE ANTECEDENTES

DOCUMENTO: RG Nº 35329393 / MG

ATESTO que no banco de dados do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, até a presente data, **NADA CONSTA** contra:

Nome: **DANIEL LOPES TOLEDO**

Nome da mãe:

Nome do pai:

Data de Nascimento: 27/01/1970

Documento emitido no dia 14/09/2020 às 13:27:23

**VÁLIDO SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO
UTILIZADO PARA A CONSULTA.**

ESTE DOCUMENTO É DE VALOR TRANSITÓRIO (60 DIAS)

Verificador: 35329393142309132027

Observações:

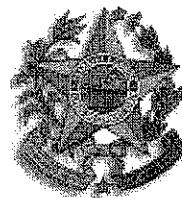
- a) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e **somente será válida** com a apresentação do documento de identificação utilizado para emissão deste atestado;
- b) **Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados de acordo com o documento apresentado;**
- c) Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria de Segurança Pública e do Estado do Espírito Santo - www.sesp.es.gov.br - na opção - Serviços - Validar Atestado de Antecedentes, o verificador de autenticidade acima identificado;
- e) Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode existir uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



ATESTADO DE ANTECEDENTES

DOCUMENTO: RG Nº 21339926-x / SP

ATESTO que no banco de dados do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, até a presente data, **NADA CONSTA** contra:

Nome: ITAMAR LELIS RODRIGUES

Nome da mãe:

Nome do pai:

Data de Nascimento: 22/01/1971

Documento emitido no dia 14/09/2020 às 13:45:01

**VÁLIDO SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO
UTILIZADO PARA A CONSULTA.**

ESTE DOCUMENTO É DE VALOR TRANSITÓRIO (60 DIAS)

Verificador: 21339926-x140109132045

Observações:

- a) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e **somente será válida** com a apresentação do documento de identificação utilizado para emissão deste atestado;
- b) **Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados de acordo com o documento apresentado;**
- c) Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria de Segurança Pública e do Estado do Espírito Santo - www.sesp.es.gov.br - na opção - Serviços - Validar Atestado de Antecedentes, o verificador de autenticidade acima identificado;
- e) Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode existir uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 148.785.498-66

Nome: ITAMAR LELIS RODRIGUES

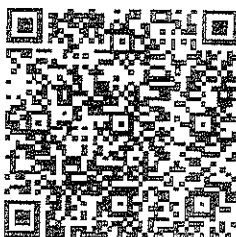
Data de Nascimento: 22/01/1971

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: 20/02/1991

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 13:31:17 do dia 14/09/2020 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 72DE.A0E7.AB9A.ACB6



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 782.938.396-00

Nome: DANIEL LOPES TOLEDO

Data de Nascimento: 27/01/1970

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Dígito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 13:32:17 do dia 14/09/2020 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 0A5B.4471.2833.BE22



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **028.335.946-31**

Nome: **LEONARDO PEREIRA MENDES**

Data de Nascimento: **26/03/1976**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **16/05/1994**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **13:33:26** do dia **14/09/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **6EBB.C31E.FA7D.E597**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 178.015.592-15

Nome: CLAIRTON DE OLIVEIRA

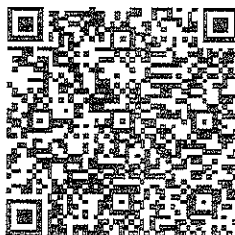
Data de Nascimento: 10/08/1968

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 13:34:18 do dia 14/09/2020 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 30F5.5148.3227.CA03



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA

Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 29

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

armazenamento de dados e qualquer serviço análogo, para pactuar, suspender ou alterar contratos de prestação de serviços; firmando e assinando os instrumentos correspondentes; **(6)** Comparecer perante o Banco Central do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e **qualquer outro banco ou instituição financeira, com poderes além dos já enumerados, para:** assinar propostas e contratos de qualquer natureza, abertura de contas bancárias, fundos, cadastro prévio para operações nacionais ou internacionais, solicitar extratos, históricos e outras informações de contas, fundos e outras operações e realizar depósitos, receber valores destinados a **Outorgante** dando quitação do correspondente mediante documento emitido pela **Outorgante**, requisitar talões de cheques e cartões, endossar cheques e ou ordens de pagamento exclusivamente para depósito em conta corrente bancária da **Outorgante**. **(6.1)** movimentar contas bancárias: autorizar saques, sacar, emitir, assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos em conta corrente, transferências, pagamentos, título de capitalização, seguros e aplicações financeiras pessoalmente ou por meio de comunicação escrita ou de outra forma registrada, **mesmo que por meio eletrônico**. **(6.2)** proceder a liquidação, alienação, saque, endosso, resgate de investimentos, títulos, aplicações e valores mobiliários, resgatando-as no vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, custodiar títulos em instituições financeiras e retirá-los de custódia; **(6.3)** dirigir comunicação a estabelecimentos financeiros e corretoras com instruções sobre títulos, aplicações, resgates, abatimentos, descontos, prorrogações, entregas franco de pagamento, e similares; **(6.4)** receber juros e dividendos, vencidos e vincendos, correção monetária, bonificações e demais rendimentos ou vantagens atribuídas aos títulos e valores mobiliários de propriedade da **Outorgante**; **(6.5)** Assinar contratos, pedidos, declarações e ou guias de importação e ou exportação, certificados de cobertura cambial, declarações de compra e ou venda de moeda estrangeira ou outras operações internacionais, e praticar todos os atos formalizadores das operações e mais o que preciso for; **(7)** representação perante SERASA e demais empresas e autoridades certificadoras no âmbito da ICP-Brasil, para obtenção, validação e renovação de Certificado Digital. **VEDAÇÃO EXPRESSA 1:** É vedada, sendo nula de pleno direito, a concessão de fiança, aval e ou garantias a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título, exceto nos casos descritos no **subitem 1.7** acima. **SUBSTABELECIMENTO:** Os poderes deste mandato **poderão ser substabelecidos**, sempre com **reserva de iguais poderes e de forma específica**, sendo que os poderes substabelecidos poderão a qualquer tempo serem cassados e ou cancelados tanto pela **Outorgante** quanto pelo **Outorgado** que os substabeleceu. Os poderes constantes do **item 6 SOMENTE PODERÃO SER EXERCIDOS EM CONJUNTO POR DOIS SUBSTABELECIDOS OU POR UM SUBSTABELECIDO COM UM PROCURADOR DA OUTORGANTE**. **VEDAÇÃO EXPRESSA 2:** Os outorgados/substabelecidos não poderão substabelecer. **VALIDADE:** A presente procuração tem plena validade até 31/12/2020, ficarão, entretanto, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciados procedimentos antes **da validade**, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe; ficando, no entanto, automaticamente ineficaz e revogado na data em que o Outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado, em virtude do qual recebe este mandato. **(8) VOTADO** por unanimidade nomear o Sr. **Edison Rodrigues Cremonini Filho**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 1485-B, expedida em



CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA PIO XII, 55 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: (71) 3204-4350
TABELA: BEL. ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: BEL. ALLAN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é
reprodução fiel do original, autenticando-a
nos termos do art. 7º da Lei Federal nº
8.935/94.
Cariacica-ES, 27 de dezembro de 2019

[Assinatura]

LUZIA PICOLI - Escrevente Autorizada LP
Selo: 023689.WIE1603.15434/Cod.MR2
Qtd: 1 - Emol: R\$ 2,96 - Enc: R\$ 0,90 - TOTAL: R\$ 3,86
Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**
Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 30

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

17/06/2016 e no CPF sob o nº 348.854.108-86, domiciliado na Estrada União e Indústria – nº 13810 – Itaipava – Petrópolis – RJ – CEP 25740-365, para representar o Conselho, perante o Notário Público, firmando as procurações constantes desta Ata. Nada mais havendo a ser considerado, foram encerrados os trabalhos, lavrada a presente Ata, a qual após ter sido lida, foi aprovada pelos presentes, sendo a seguir assinada pelo **Sr. Presidente, por mim Secretário e pelos demais conselheiros presentes: Jabson Magalhães da Silva, Eder Fernandes Leal e Eber Junior Ferreira.**

Petrópolis (RJ), 03 de outubro de 2019.

Leonidas Verneque Guedes – Presidente

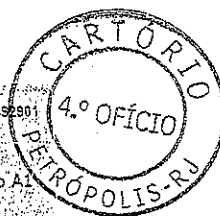
Edison Rodrigues Cremonini Filho – Secretário

Jabson Magalhães da Silva

Eder Fernandes Leal

Eber Junior Ferreira

PAULO CESAR CALLERI - Titular Serventia
Rua do Imperador, 1.040 - Centro - CEP 25620-001 - Petrópolis - RJ
Telefone: (24) 2238-7200 - E-mail: contato@cartorio4oficio.com.br
090720AA452901
REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apresentado no dia 08/10/2019, Av. 8331, Protocolo 46767, Livro A1
Registro Nº 8331, no livro A-3
PETRÓPOLIS, 03/10/2019
Oficial: [assinado] Subscrito e Assinado:
X Emols: R\$ 222,55; Fetj: R\$ 44,51; Fundperj: R\$ 11,12;
Funperj: R\$ 11,12; Funarjen: R\$ 8,90; Pmcmv: R\$ 4,18; Iss: R\$ 11,92;
Mutua: R\$ 0,00; Acoterj: R\$ 0,00; Distribuição: R\$ 27,96; Total: R\$ 342,26
EDDO 16278 PYE Consulte <https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico>



Saory Ladeira Murakami
Escrevente - Mat. 94/16512
Cartório do 4º Ofício
Petrópolis - RJ



CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA PIO XII, 36 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL./FAX: (27) 3204.4853
TABELA: BELA ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: BEL ALAN VIANA JÚNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)
Certifico e dou fé que a presente cópia é
reprodução fiel do original, autenticando-a
nos termos do art. 7º V da Lei Federal nº
8.935/94.
Cariacica-ES, 27 de dezembro de 2019

LUZIA PICOLI - Escrevente Autorizada LP
Selo: 023669.WE1603.15433/Cod.MR2
Qtd: 1 - Emol: R\$ 2,96 - Enc: R\$ 0,90 - TOTAL: R\$ 3,86
Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**

**Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96**

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 26

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA – Associação civil, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o nº 16.524.054/0001-96, com o seu vigente Estatuto registrado sob o nº 8331, no livro A-3, em 11/12/2017, no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 4º Ofício de Petrópolis – RJ, sediada à Estrada União e Indústria – nº 13810 – 4º andar - Itaipava – Petrópolis – RJ – CEP 25740-365, realizada no dia três de outubro de dois mil e dezenove **(03/10/2019)**, em sua sede na cidade de Petrópolis – RJ, às 16 horas. Tendo sido constatada pelo Secretário Executivo, com fundamento no art. 29, §2º, IV, Leonidas Verneque Guedes, e pelo Conselheiro Edison Rodrigues Cremonini Filho a presença de quórum suficiente para deliberar, foram abertos os trabalhos, fazendo-se distribuir a agenda contendo a ordem do dia a ser apreciada na reunião, tendo sido pela unanimidade, votado as seguintes deliberações: **(1)** Com fundamento no art. 29, § 2º, IV, considerando o impedimento temporário do Sr. Presidente Pr. Maurício Pinto Lima, em decorrência de viagem ao exterior, votado por unanimidade aprovar a substituição do mesmo pelo Pr. Leonidas Verneque Guedes, atual secretário executivo, cabendo-lhe presidir a presente reunião do Conselho Administrativo. Em decorrência disso, votado por unanimidade nomear o Conselheiro Edison Rodrigues Cremonini Filho para secretariar a presente reunião. **(1) SUBSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DE INTEGRANTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESPÍRITO SANTO** – em decorrência da transferência dos Srs. **MOISÉS DIAS DE CARVALHO JUNIOR** e **JANDER CAMPOS DE OLIVEIRA** para Unidades da mesma Organização, VOTADO por unanimidade, em substituição aos mesmos, eleger com posse imediata e mandato até **31/12/2020**, como **SUPERINTENDE GERAL** o Sr. **ITAMAR LELIS RODRIGUES**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da carteira de identidade nº 21339926-X – SSP/SP, expedida em 28/07/2009 e CPF nº 148.785.498-66 e **SUPERINTENDENTE DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTOS** o Sr. **DANIEL LOPES TOLEDO**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade com RG nº M-5.329.393 - SSP/MG, expedida em 20/01/1988 e CPF nº 782.938.396-00. **(2) REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO: VOTADO** revogar procuração concedida aos Srs.: **(2.1) MOISÉS DIAS DE CARVALHO JÚNIOR**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Carteira de Identidade com RG nº 575.857 – SSP/ES, expedido em 23/12/1981 e CPF nº 727.072.167-04; **(2.2) JANDER CAMPOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade com RG nº M-7197.295 – SSP/MG, expedido em 05/04/1991 e CPF nº 915.007.456-34; **(2.3) LEONARDO PEREIRA MENDES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade com RG nº MG-6.953.999 – SSP/MG, expedido em 18/07/2014 e CPF nº 028.335.946-31; **(2.4) CLAIRTON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Carteira de Identidade com RG nº 3896529 - SSP/PA, expedida em 27/02/1998 e CPF nº 178.015.592-15; todos domiciliados na Rua Jaime Pacheco Machado – nº 155 – Campo Grande – Cariacica – ES – CEP 29146-514; lavrada no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 4º Ofício de Petrópolis – RJ, no Livro nº 271, Fls. 066, Ato nº 054, em 15/12/2017; **(3) OUTORGA DE PROCURAÇÃO – Votado** por unanimidade outorgar procuração aos seguintes: **(3.1) SUPERINTENDENTE GERAL - ITAMAR LELIS RODRIGUES**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da carteira de identidade nº 21339926-X – SSP/SP, expedida em 28/07/2009, e CPF nº 148.785.498-66; **(3.2) SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO - DANIEL LOPES TOLEDO**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade com RG nº M-5.329.393 - SSP/MG, expedida em 20/01/1988 e CPF nº 782.938.396-00; **(3.3) SUPERINTENDE FINANCEIRO - LEONARDO PEREIRA MENDES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade com RG nº MG-6.953.999 – SSP/MG, expedido em





Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**

**Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96**

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 27

18/07/2014 e CPF nº 028.335.946-31; **(3.4) SUPERINTENDENTE DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO - CLAIRTON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Carteira de Identidade com RG nº 3896529 - SSP/PA, expedida em 27/02/1998 e CPF nº 178.015.592-15; todos domiciliados na Rua Jaime Pacheco Machado - nº 155 - Campo Grande - Cariacica - ES - CEP 29146-514; aos quais confere poderes especiais, **podendo agir em conjunto ou separadamente**, independente da ordem de nomeação, para representar a **Outorgante: AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - CNPJ 16.524.054/0001-96**, localizada na Estrada União e Indústria - nº 13810 - 4º andar - Itaipava - Petrópolis - RJ - CEP 25740-365 e seu estabelecimento denominado: **REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESPÍRITO SANTO - CNPJ Nº 16.524.054/0007-81**, localizada na Rua Coruja - nº 62 - Pavimento 01 - São Conrado - Cariacica - ES - CEP 29141-187, para dirigir e administrar as atividades da outorgante na sua jurisdição em todo e qualquer estabelecimento, serviço, departamento ou órgão mantido ou que vier a ser criado na jurisdição do Órgão Membro subordinado, pela Mesa Administrativa da UNIÃO; **Representando-a**, para tanto, **perante: (1)** Toda e qualquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas em seus conceitos mais abrangentes, repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e Paraestatais, inclusive Ministérios e Agências do Governo Federal, Secretarias de Governos Estaduais ou do Governo do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, seus órgãos subordinados, o MINISTÉRIO DA FAZENDA, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Conselho de Contribuintes, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Ministério do Trabalho e Emprego e suas Delegacias, Ministério de Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados do Brasil no Exterior, ou de países estrangeiros no Brasil, Ministério da Justiça, Instituições Financeiras e Estabelecimentos Bancárias ou de Crédito, a Direção e ou Coordenação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e do PIS, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Sindicatos Patronais e de Empregados, Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas, Cartórios de Notas, de Registro de Títulos e Documentos, de Protestos, de Registro de Imóveis, Anexos e de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos; Concessionárias e Permissionários de Serviços Públicos em geral, especialmente de Comunicação, Telefonia, de Energia Elétrica, Gás, Água e Esgoto, **podendo: (1.1)** requerer, alegar, contestar, apresentar defesas, recursos, reclamações, protestos, recorrer, retirar ou juntar documentos; tomar ciência de despachos e decisões; transigir e firmar acordos; fazer declarações nos autos, pagar, receber ou levantar valores, dar quitação; **(1.2)**: receber verbas, créditos, direitos, subvenções, doações, preços, serviços, auxílios e ou importâncias de qualquer tipo, natureza ou espécie, dando e passando recibo de quitação dos valores recebidos, mesmo em restituição e ou devolução; **(1.3)** admitir e demitir empregados, assinar contratos de trabalho, registrar e anotar na Carteiras de Trabalho e Previdência Social, dar anuência propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em rescisões de contrato de trabalho, formalizar Compromisso de Manutenção de Religiosos e ou formalizar a contratação de empregados no exterior para obtenção de seu visto de entrada no País, e demais petições e documentos exigidos pelos poderes públicos; **(1.4)** Receber doações, legados e outros donativos sem encargos, adquirir bens móveis ou imóveis por qualquer título, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, pagar preço, emitir título, crédito e valores relativos ao negócio; receber domínio, posse e propriedade; **(1.5)** Alienar e adquirir bens móveis, semoventes e automotores, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar,





Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**

Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ

C.N.P.J. 16.524.054/0001-96

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 28

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, transferir ou receber domínio, posse e propriedade; inclusive, cumprir diligências, juntar e retirar documentos, perante o Departamento de Trânsito – DETRAN ou departamento e órgão correspondente, na compra e venda de veículos de qualquer tipo; **(1.6)** Dar em locação ou arrendar bens da **Outorgante** a terceiros e locar ou arrendar de terceiros para uso dela **Outorgante**, de seus empregados ou ministros, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio; **(1.7)** conceder fiança em contratos de locação de imóveis para residência de pessoas físicas ou instalação de pessoas jurídicas a serviço da Outorgante, ou em favor de pessoas físicas ou jurídicas a serviço de entidade da qual a Outorgante seja associada, participante, coligada ou de outra forma vinculada; **(1.8) Desde que acompanhado de cópia de ata legal da Outorgante autorizando o negócio**, receber doações, legados e outros donativos **com encargos, alienar ou prometer alienar** bens imóveis, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, receber e dar quitação de títulos, créditos e valores relativos ao negócio, transferir domínio, posse e propriedade; **(1.9)** requerer, firmar e ou autorizar registros, averbações, inscrições, cancelamentos, baixas e outros atos negociais, registrais ou administrativos; **(1.10)** perante órgãos públicos reguladores, fiscalizadores e outros que com ela se relacionem, suas patrocinadoras, instituidores ou participantes, beneficiários e outros contratantes, podendo assinar Convênios ou contratos de Adesão, Termos de Inclusão ou Exclusão de Patrocinadores ou instrumentos alteradores, aprovar ou rejeitar alterações regulamentares, votar em qualquer matéria que lhe seja submetida a apreciação, bem assim subscrever todo e qualquer documento ou instrumento em que a **Outorgante** venha a intervir ou se manifestar, receber e cobrar contribuições e taxas; **(1.11)** Contratar serviços de manutenção de equipamentos, espaços e instalações; Contratar seguros; Aceitar duplicatas de compras e de prestação de serviços; **(1.2)** Celebrar contratos de qualquer natureza com assunção de encargos e obrigações; **(2)** Comparecer perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal em que a **Outorgante** figurar ou comparecer quer como autora, litisconsorte ou ré, promovendo **com plenos e especiais poderes** a defesa dos direitos e interesses dela **Outorgante, podendo:** **(2.1)** receber notificações, intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido; transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação. **(2.2)** receber importâncias a que se referir o processo, mediante levantamento de alvará judicial ou outro meio legal; dar quitação. **(2.3)** celebrar termos de acordo e ou compromisso em processos judiciais. **(2.4)** propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em ações e reclamações trabalhistas; **(2.5)** Efetuar notificações judiciais ou extrajudiciais; **(2.6)** promover e ou requerer buscas e apreensões. **(2.7)** nomear prepostos, especificando poderes. **(2.8)** receber, retirar e subscrever documentos. **(2.9)** nomear e constituir Advogados em favor da **Outorgante**, por instrumento público ou particular, conferindo-lhes poderes de representação *ad judicium et extra*, especiais e os contidos no art. 105 do CPC; **(3)** Comparecer a assembleias gerais deliberando sobre matérias de competência dessas assembleias, inclusive reformas estatutárias; **(4)** Comparecer perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Empresas Aéreas com serviço de entrega de objetos, retirando cartas, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, simples ou registradas, com ou sem valor, vales postais, reembolsos, bens e mercadorias importadas ou provenientes do exterior e tudo mais que a ela vier destinado ou endereçado; firmar contratos para utilização de caixas postais e outros serviços; **(5)** Perante as empresas ou serviços disponibilizados na área de telecomunicações por rádio, televisão, telefonia fixa ou móvel, *internet*, transmissão de dados,





**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**

**Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96**

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 29

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

armazenamento de dados e qualquer serviço análogo, para pactuar, suspender ou alterar contratos de prestação de serviços; firmando e assinando os instrumentos correspondentes; **(6)** Comparecer perante o Banco Central do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e **qualquer outro banco ou instituição financeira, com poderes além dos já enumerados, para:** assinar propostas e contratos de qualquer natureza, abertura de contas bancárias, fundos, cadastro prévio para operações nacionais ou internacionais, solicitar extratos, históricos e outras informações de contas, fundos e outras operações e realizar depósitos, receber valores destinados a **Outorgante** dando quitação do correspondente mediante documento emitido pela **Outorgante**, requisitar talões de cheques e cartões, endossar cheques e ou ordens de pagamento exclusivamente para depósito em conta corrente bancária da **Outorgante**. **(6.1)** movimentar contas bancárias: autorizar saques, sacar, emitir, assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos em conta corrente, transferências, pagamentos, título de capitalização, seguros e aplicações financeiras pessoalmente ou por meio de comunicação escrita ou de outra forma registrada, **mesmo que por meio eletrônico**. **(6.2)** proceder a liquidação, alienação, saque, endosso, resgate de investimentos, títulos, aplicações e valores mobiliários, resgatando-as no vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, custodiar títulos em instituições financeiras e retirá-los de custódia; **(6.3)** dirigir comunicação a estabelecimentos financeiros e corretoras com instruções sobre títulos, aplicações, resgates, abatimentos, descontos, prorrogações, entregas franco de pagamento, e similares; **(6.4)** receber juros e dividendos, vencidos e vincendos, correção monetária, bonificações e demais rendimentos ou vantagens atribuídas aos títulos e valores mobiliários de propriedade da **Outorgante**; **(6.5)** Assinar contratos, pedidos, declarações e ou guias de importação e ou exportação, certificados de cobertura cambial, declarações de compra e ou venda de moeda estrangeira ou outras operações internacionais, e praticar todos os atos formalizadores das operações e mais o que preciso for; **(7)** representação perante SERASA e demais empresas e autoridades certificadoras no âmbito da ICP-Brasil, para obtenção, validação e renovação de Certificado Digital. **VEDAÇÃO EXPRESSA 1:** É vedada, sendo nula de pleno direito, a concessão de fiança, aval e ou garantias a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título, exceto nos casos descritos no **subitem 1.7** acima. **SUBSTABELECIMENTO:** Os poderes deste mandato **poderão ser substabelecidos**, sempre com **reserva de iguais poderes e de forma específica**, sendo que os poderes substabelecidos poderão a qualquer tempo serem cassados e ou cancelados tanto pela **Outorgante** quanto pelo **Outorgado** que os substabeleceu. Os poderes constantes do **item 6** **SOMENTE PODERÃO SER EXERCIDOS EM CONJUNTO POR DOIS SUBSTABELECIDOS OU POR UM SUBSTABELECIDO COM UM PROCURADOR DA OUTORGANTE.** **VEDAÇÃO EXPRESSA 2:** Os outorgados/substabelecidos não poderão substabelecer. **VALIDADE:** A presente procuração tem plena validade até **31/12/2020**, ficarão, entretanto, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciados procedimentos antes **da validade**, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe; ficando, no entanto, automaticamente ineficaz e revogado na data em que o Outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado, em virtude do qual recebe este mandato. **(8) VOTADO** por unanimidade nomear o Sr. **Edison Rodrigues Cremonini Filho**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 1485-B, expedida em





**AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA**
Estrada União e Indústria, 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ
C.N.P.J. 16.524.054/0001-96

LIVRO DE ATAS

ATA: CONSELHO ADMINISTRATIVO

REUNIÃO: 03/10/2019

Folha: 30

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

17/06/2016 e no CPF sob o nº 348.854.108-86, domiciliado na Estrada União e Indústria – nº 13810 – Itaipava – Petrópolis – RJ – CEP 25740-365, para representar o Conselho, perante o Notário Público, firmando as procurações constantes desta Ata. Nada mais havendo a ser considerado, foram encerrados os trabalhos, lavrada a presente Ata, a qual após ter sido lida, foi aprovada pelos presentes, sendo a seguir assinada pelo **Sr. Presidente, por mim Secretário e pelos demais conselheiros presentes: Jabson Magalhães da Silva, Eder Fernandes Leal e Eber Junior Ferreira.**

Petrópolis (RJ), 03 de outubro de 2019.

Leonidas Verneque Guedes – Presidente

Edison Rodrigues Cremonini Filho – Secretário

Jabson Magalhães da Silva

Éder Fernandes Leal

Eber Junior Ferreira

PAULO CESAR CALLERI - Titular Serventia
Rua do Imperador, 1.040 - Centro - CEP 25620-001 - Petrópolis - RJ
Telefone: (24) 2233-7200 - E-mail: cartorio@cartorio4oficio.com.br

090728AA492801

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Apresentado no dia 08/10/2019, Av. 8331, Protocolo 46767, Livro A-1
Registro Nº 8331, no livro A-3
PETRÓPOLIS, 09/10/2019

Subcrevo e Assino:
Oficial: [Assinatura]
Emols: R\$ 222,55. Fetj: R\$ 44,51. Fundperj: R\$ 11,12.
Funperj: R\$ 11,12. Funargen: R\$ 8,90. Pmoniv: R\$ 4,18. Iss: R\$ 11,92.
Mútua: R\$ 0,00. Acoterj: R\$ 0,00. Distribuição: R\$ 27,96. Total: R\$ 342,26.
EDDO 45278 PYE Consulte <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

Saory Ladeira Murakami
Escrivente - Mat. 94/46512
Cartório do 4º Ofício
Petrópolis - RJ

CARTÓRIO
4º OFÍCIO
PETRÓPOLIS-RJ





CERTIDÃO

CERTIFICO, em breve relato e atendendo a pedido verbal do interessado, que revendo em meu poder e Cartório, os livros de Registro de Pessoas Jurídicas, verifiquei **CONSTAR** os atos registrados da **"AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - ADRA SUDESTE"**, com sede na Estrada União Indústria, nº 13810, 4º andar, Itaipava, Petrópolis, inscrita no CNPJ sob o nº 16.524.054/0001-96, protocolada no livro 1 sob o nº 44842 e registrada no livro A-3 sob o nº 8331 em 11/12/2017. Para compor a **DIRETORIA EXECUTIVA**: Tendo submetido ao plenário com aprovação unânime, com o mandato de **5 (cinco) anos (2018-2022), de 01/01/2018 a 31/12/2022: (1)-MAURÍCIO PINTO LIMA - Presidente** - brasileiro, casado, Ministro do Evangelho, portador da carteira de identidade nº 12481605-9-IFP/RJ e CPF Nº 074.175.718-40. - **(2)-LEONIDAS VERNEQUE GUEDES - Secretário**, brasileiro, casado, Ministro do Evangelho, portador da carteira de identidade nº 31234420-3-Detran/RJ e CPF nº 552.717.236-15. - **(3)- JABSON MAGALHÃES DA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade sob o nº 3295168-SSP/DF, expedida em 19/02/2015, e CPF Nº 727.893.879-15. Todos domiciliados na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ - CEP: 25740-365. Votado e aprovado pelo plenário a composição do **CONSELHO ADMINISTRATIVO** com mandato de **5 (cinco) anos de 01/01/2018 a 31/12/2022: - (1)-Mauricio Pinto Lima - Presidente**, brasileiro, casado, Ministro do Evangelho, portador da carteira de identidade nº 12481605-9-IFP/RJ e CPF Nº 074.175.718-40, **(2) - Leonidas Verneque Guedes, - Secretário**, brasileiro, casado, Ministro do Evangelho, portador da carteira de identidade nº 31234420-3-Detran/RJ e CPF nº 552.717.236-15. - **(3)- Jabson Magalhães da Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade sob o nº 3295168-SSP/DF, expedida em 19/02/2015, e CPF Nº 727.893.879-15. - **4- Edison Rodrigues Cremonini Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade sob o nº OAB/PE - 1485-B, e, CPF Nº 348.854.108-86, domiciliado na Estrada União e Indústria - Nº 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ- **5 -Marco Antônio Celestino**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade sob o nº 10924330-SSP/MG e CPF Nº 054.218.666-70, - **6 - Eber Junior Ferreira**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade sob o nº 463658-9-SSP/SC, e CPF Nº 276.483.358-08, - **7 -Éder Fernandes Leal**, brasileiro, casado, pedagogo, portador da Carteira de Identidade sob o nº 1987487-SESPDS/DF e CPF Nº 447.446.509-10, - **8 - Eduardo Acencio**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da carteira de identidade

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RESURAS

CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS

RUA PIO XII, 36 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL./FAX: (27) 3204-3850

TABELA: SEL. ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: SEL. ALLAN VIANA JÚNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)



Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º, V, da Lei Federal nº 11.367/2006, MP nº 2.200-2/2003, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000



Documento assinado digitalmente por 3100310030003400310031003A005000 MP nº 2.200-2/2003, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

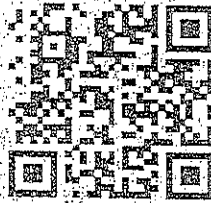


AAA 014454279

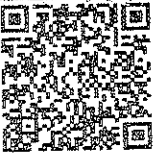
sob o nº 27081923-X-SSP/SP, e CPF Nº 184.353.888-16 - 9 - José Raimundo Barreto Venevides, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da carteira de identidade sob o nº 50255307-8-SSP/SP e CPF Nº 790.285.277-53. Todos domiciliados na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ - CEP: 25740-365. A presente é a expressão da verdade do que dou fé. //

Petrópolis, 18 de novembro de 2019.

Sgory Ladeira Murakami
Escrevente - Matr. 94/16512



Poder Judiciário - TJRJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
RUIDO 12358 - PVA
Consulte a Veracidade do Selo em:
<https://www3.tjrr.jus.br/veracidade>



CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA PIO XII, 56 - CAMPO GRANDE - CARACÓIS - SUBSÍDIO SANTO - TEL/FAX: (21) 3200-4850
TABULEI REC. ALZIRA MARIA VIANA - S. SUBSTITUTO: ELI ALIAN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 8.935/94.

Caracóis-ES: 27 de novembro de 2019

LUZIA PICOLI - Escrevente Autorizada L.P.

Selo: 023869, S/S: 1964/08223/Cd4HZ2

Emol: R\$ 2,96 - Eml: R\$ 0,90 - TOTAL: R\$ 3,86

Consulte a autenticidade em: www.tjrr.jus.br



Ato N°: 118

Saibam os que este público instrumento de procuração bastante virem que ao 25º dia do mês de julho, no ano de dois mil e dezanove (2019), nesta cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na sede do Cartório do 4º Ofício de Justiça de Petrópolis, situado na Rua do Imperador, nº 1.040, Centro, compareceu perante mim, **Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente**, como outorgante: **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 73.686.370/0001-06, com sede na Estrada União e Indústria, 13810 2º andar - Itaipava - Petrópolis - RJ, neste ato representada por seu representante legal: **Edison Rodrigues Cremonini Filho**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 1485-B, expedida em 17/06/2016 e no CPF sob o nº 348.854.108-86, domiciliados na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ; identificado pelos documentos que me foram apresentados do que dou fé. E por ela outorgante através de seu representante legal, me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui como seus procuradores: como Diretor Regional, o **Sr. CLAIRTON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Carteira de Identidade com RG nº 3896529 - SSP/PA, expedida em 27/02/1998 e CPF nº 178.015.592-15 e, como Gerente Financeiro, o **Sr. LEONARDO PEREIRA MENDES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade com RG MG-6.953.999 - SSP/MG, expedida em 18/07/2014 e CPF nº 028.335.946-31, ambos domiciliados na Rua Coruja - nº 62 - São Conrado - Cariacica - ES - CEP 29141-167, aos quais confere poderes especiais, podendo agir em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, para representarem a outorgante: **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA** - CNPJ Nº 73.686.370/0001-06, e seus estabelecimentos denominados **REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESPÍRITO SANTO** - CNPJ nº 73.686.370/0005-21, localizada na Av. Carlos Moreira Lima - nº 1110 - 3º Pavimento - Monte Belo - Vitória - ES - CEP 29053-380, **REGIÃO ADMINISTRATIVA SUL DO ESPÍRITO SANTO** - CNPJ nº 73.686.370/0197-02, localizada na Rua Jaime Pacheco Machado - nº 155 - Bairro Campo Grande - Cariacica - ES - CEP 29146-514, **CENTRO ADVENTISTA DE RECURSO ASSISTENCIAL** - CNPJ Nº 73.686.370/0208-08, localizado na Rua Coruja, nº 62 - Pavimento 02 - São Conrado - Cariacica - ES - CEP 29141-187; para representá-la perante Bancos em geral, Banco BRADESCO, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e suas carteiras, Banco Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S.A., estabelecendo relações bancárias, solicitar abertura e encerramento de contas correntes em nome da outorgante; depositar e retirar quantias, receber depósitos, movimentar contas correntes, pedir vistas a saldos, requisitar, emitir, endossar e sacar cheques, efetuar aplicações, passar recibos, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheque, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, assinar e endossar cheques, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, efetuar transferências e pagamentos por qualquer meio, inclusive o eletrônico, sustar e contra ordenar cheques, cancelar e baixar cheques, efetuar resgates de aplicação financeira, efetuar saques em conta corrente e poupança, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, assinar contratos de câmbio seus aditivos e averbações, assinar propostas de empréstimos e financiamentos, emitir, endossar, descontar e avalizar duplicatas, assinar contratos e cédulas de abertura de crédito, representar perante o SERASA S/A, Autoridade Certificadora no âmbito da IGP-BRASIL (SERASA AC), nos atos relativos a validação da solicitação do certificado digital, podendo assinar termos e compromissos, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, perante as Companhias Concessionárias de Energia Elétrica, Água e Esgoto, e Gás, podendo assinar termos e compromissos, perante as companhias de TELEFONIA CELULAR - OI, VIVO, CLARO, TIM e outras, assinar recibos, dar e receber quitações, podendo requerer, recorrer, discordar, transigir, assinar termos e compromissos, endossar cheques nominativos oriundos de proventos ou quaisquer outras vantagens atribuídas ações podendo, ainda representar a outorgante para compra e venda de telefones convencionais e celulares; e, perante o Departamento de Trânsito - DETRAN, na compra e venda de veículos de qualquer tipo, requerer vistorias, licenciamento anual, transferências, podendo assinar termos e compromissos, assinar

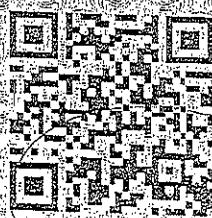
AAA 014451529

...mado.

3100310030003400310031003A005000

3100310030003400310031003A005000

recibos, dar e receber quitação; perante a Companhia concessionária de energia elétrica ESCELSA – Espírito Santo Centrais elétricas S.A.; requerer, alegar, contestar, concordar, discordar, transigir, juntar e retirando documentos, cumprindo exigências, promovendo diligências, fazendo as declarações e afirmações de estilo; representá-la em suas relações com pessoas físicas ou jurídicas; públicas ou privadas, receber e dar quitação; perante a Empresa de Correios e Telégrafos, suas agências, receber encomendas, volumes, correspondências simples ou registradas, com ou sem valor, declarado, encomendas; vales postais ou Telégrafos, cheques postais, “colis-postaux”; SERASA, SPC, CREA, passar e firmar recibos; receber e dar quitação, receber valores e doações, pagar impostos e emolumentos perante repartições públicas: Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Paraestatais, Ministérios em geral, suas Superintendências, Delegacias e Inspetorias, requerer dados sigilosos da entidade, e parcelamentos de dívida, Delegacia de Polícia, Secretarias Estaduais, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Federal de Pequenas Causas, Justiça Estadual, Justiça Estadual de Pequenas Causas, na condição de preposto; receber citações e intimações dos Órgãos Públicos, Coordenação do FGTS, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Sindicatos de Classes; receber valores e/ou bens móveis e imóveis como doações, perante órgãos públicos: Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Paraestatais, Ministérios em geral, suas Superintendências, Delegacias e Inspetorias, Delegacia de Polícia, Secretarias Estaduais, podendo celebrar convênios de prestações de Serviços e parcerias com os órgãos públicos de desenvolvimento e programas comunitário social, assistencial, educacional e de saúde para a erradicação da miséria; bem como para o exercício da cidadania, assinar fianças em contrato de locação residencial e comercial, locar e arrendar bens móveis e imóveis, assinando os respectivos contratos, podendo distratá-los; enfim, requerer, recorrer, discordar, contestar, transigir, assinar termos e compromissos, promover e praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. SENDO VEDADO O SUBSTABELECIMENTO E VÁLIDA A PRESENTE ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2023. Os poderes desta procuração foram outorgados conforme deliberação da Comissão Diretiva da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA, na reunião do dia 09/07/2019 folha 101-103. Certifico e porto por fé que: a) o nome e os dados dos outorgados foram fornecidos e conferidos pelo representante legal da outorgante, se responsabilizando o mesmo por tal ato; b) que o presente instrumento foi lavrado sob minuta. Consulta Hash negativa nº b196.f2c7.95f7.e405.c213.1d89.e6a7.eb21.0b9b.f39e; Pré - Teste: 1703-NBQ-00566349. Pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$254,20 (Tab. 22.2.B), acrescidas de: R\$10,74 (Arquivamento - Tabela 16.4); R\$37,38 (Expedição de Guias - Tabela 16.5 12,46 x 3); subtotal R\$302,32 acrescidos ainda de: R\$60,46 (20% - Lei Estadual: 3.217/99); R\$15,11 (5% - Lei 4.664/05); R\$15,11 (5% - Lei Complementar 111/06); R\$12,09 (4% Lei 6.281/12); R\$5,08 (2% Lei 11.977/2009-P.M.C.M.V.); R\$16,16 (5.26% - Lei 7.128/15 - ISS), R\$27,96 (Tabela 19.1) distribuição; totalizam R\$454,29 a serem recolhidas no prazo da Lei. Assim me disse o que dou fé. E me pediu este instrumento, que lhe fiz, o que aceita, outorga e assina dispensando a presença das testemunhas de acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Eu (a), Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas: (a.a.) Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente; Outorgante - INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA - Representante Legal: Edison Rodrigues Cremonini Filho; Selo Eletrônico Número: EDBU 40189 JNL. Nada mais. Traslada em seguida na forma da lei na presente data. Petrópolis, 25 de julho de 2019.



PODERE ASSINAR
Concedida pela Comissão Diretiva da
Selo de Representante Legal
EDBU 40189 JNL
Consulta e validação do selo em
<http://www3.camara.org.br/autenticidade>



3º OFÍCIO
CARACARAÍCA

Angélica Cristina Braga Arruda
Escrevente matriculado sob o 94/10092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camara.org.br/autenticidade> sob o identificador: 3100310030003400310031003A005000



RECONHECIMENTO DE SINAL POR
Reconheço, por semelhança, a
assinatura de ANGÉLICA CRISTINA
BRAGA ARRUDA (a.a.) e a de Edison
Rodrigues Cremonini Filho, e aver
Caratéis ES, 25 de julho de 2019.
GILBERTO MACIEL, APROV. Escrevente /
Selo de Representante Legal
End: R\$ 5,35 - Enle: R\$ 1,62 - TOTAL: R\$
Consulte a autenticidade em: www3.camara.org.br/autenticidade

Livro Nº: 277

Fls. Nº: 120

Ato Nº: 109

Outorgante, podendo: (2.1) receber notificações, intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido; transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação; (2.2) receber importâncias a que se referir o processo, mediante levantamento de alvará judicial ou outro meio legal; dar quitação. (2.3) celebrar termos de acordo e ou compromisso em processos judiciais. (2.4) propor, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em ações e reclamações trabalhistas; (2.5) Efetuar notificações judiciais ou extrajudiciais; (2.6) promover e ou requerer buscas e apreensões. (2.7) nomear prepostos, especificando poderes. (2.8) receber, retirar e subscrever documentos. (2.9) nomear e constituir Advogados em favor da **Outorgante**, por instrumento público ou particular, conferindo-lhes poderes de representação *ad iudicia et extra*, especiais e os contidos no art. 105 do CPC; (3) Comparecer a assembleias gerais deliberando sobre matérias de competência dessas assembleias, inclusive reformas estatutárias; (4) Comparecer perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Empresas Aéreas com serviço de entrega de objetos, retirando cartas, impressos, encomendas, volumes, mercadorias, simples ou registradas, com ou sem valor, vales postais, reembolsos, bens e mercadorias importadas ou provenientes do exterior e tudo mais que a ela vier destinado ou endereçado; firmar contratos para utilização de caixas postais e outros serviços; (5) Perante as empresas ou serviços disponibilizados na área de telecomunicações por rádio, televisão, telefonia fixa ou móvel, *internet*, transmissão de dados, armazenamento de dados e qualquer serviço análogo, para pactuar, suspender ou alterar contratos de prestação de serviços; firmando e assinando os instrumentos correspondentes; (6) Comparecer perante o Banco Central do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e **qualquer outro banco ou instituição financeira, com poderes além dos já enumerados, para:** assinar propostas e contratos de qualquer natureza, abertura de contas bancárias, fundos, cadastro prévio para operações nacionais ou internacionais, solicitar extratos, históricos e outras informações de contas, fundos e outras operações e realizar depósitos, receber valores destinados a **Outorgante** dando quitação do correspondente mediante documento emitido pela **Outorgante**, requisitar talões de cheques e cartões, endossar cheques e ou ordens de pagamento exclusivamente para depósito em conta corrente bancária da **Outorgante**. (6.1) movimentar contas bancárias: autorizar saques, sacar, emitir, assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos em conta corrente, transferências, pagamentos, título de capitalização, seguros e aplicações financeiras pessoalmente ou por meio de comunicação escrita ou de outra forma registrada, **mesmo que por meio eletrônico**. (6.2) proceder a liquidação, alienação, saque, endosso, resgate de investimentos, títulos, aplicações e valores mobiliários, resgatando-as no vencimento ou antecipadamente, endossando-as a terceiros, custodiar títulos em instituições financeiras e retirá-los de custódia; (6.3) dirigir comunicação a estabelecimentos financeiros e corretoras com instruções sobre títulos, aplicações, resgates, abatimentos, descontos, prorrogações, entregas franco de pagamento, e similares; (6.4) receber juros e dividendos, vencidos e vincendos, correção monetária, bonificações e demais rendimentos ou vantagens atribuídas aos títulos e valores mobiliários de propriedade da **Outorgante**; (6.5) Assinar contratos, pedidos, declarações e ou guias de importação e ou exportação, certificados de cobertura cambial, declarações de compra e ou venda de moeda estrangeira ou outras operações internacionais, e praticar todos os atos formalizadores das operações e mais o que preciso for; (7) representação perante SERASA e demais empresas e autoridades certificadoras no âmbito da ICP-Brasil, para obtenção, validação e renovação de Certificado Digital. **VEDAÇÃO EXPRESSA:** É vedada, sendo nula de pleno direito, a concessão de fiança, aval e ou garantias a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título, exceto nos casos descritos no subitem 1.7 acima.

SUBSTABELECIMENTO: Os poderes deste mandato **poderão ser substabelecidos**, sempre com reserva de iguais poderes e de forma específica, sendo que os poderes substabelecidos poderão a qualquer tempo serem cassados e ou cancelados tanto pela **Outorgante** quanto pelo **Outorgado** que os substabeleceu. Os poderes constantes do **item 6 SOMENTE PODERÃO SER EXERCIDOS EM CONJUNTO POR DOIS SUBSTABELECIDOS OU POR UM SUBSTABELECIDO**

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

CANTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA PIO XII, 36 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: (27) 3204-4850
TABELA: SEL. ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: SEL. ALLAN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 8.935/94.

O documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

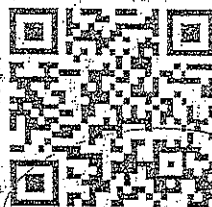
CANTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
RUA PIO XII, 36 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: (27) 3204-4850
TABELA: SEL. ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: SEL. ALLAN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 8.935/94.

AAA 014454399

COM UM PROCURADOR DA OUTORGANTE. **VEDAÇÃO EXPRESSA 2:** Os outorgados/substabelecidos não poderão substabelecer. **VALIDADE:** A presente procuração tem plena validade até 31/12/2020, ficarão, entretanto, expressamente prorrogados os poderes constantes deste instrumento, que tenham sido inicialmente utilizados ou exercitados pelo outorgado ou seus substabelecidos em qualquer processo ou procedimento administrativo, judicial ou extrajudicial, nos quais tenha(m) intervindo ou iniciados procedimentos antes da validade, até que a decisão final ou sentença ou acórdão tenha transitado em julgado, sendo ademais, desde já plenamente convalidados e declarados na melhor forma de direito, formalmente eficazes todos os atos praticados de conformidade com o que aqui se dispõe, ficando, no entanto, automaticamente ineficaz e revogado na data em que o Outorgado vier a deixar o cargo ou a função para o qual foi nomeado, em virtude do qual recebe este mandato. Os poderes desta procuração foram outorgados conforme deliberação da Comissão Diretiva da AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA, na reunião do dia 03/10/2019 folha 26-30. Certifico e porto por fé que: a) o nome e os dados dos outorgados foram fornecidos e conferidos pelo representante legal da outorgante, se responsabilizando o mesmo por tal ato; b) que o presente instrumento foi lavrado sob minuta. Consulta Hash negativa nº 61fc.9106.3759.6ae8.2eeca8fe.3449.0edc.4151.76fb; Pré - Teste: 1703-DLV-00613849. Pelo presente ato são devidas custas no valor de R\$254,20 (Tab. 22.2.B), acrescidas de: R\$10,74 (Arquivamento - Tabela 16.4); R\$37,38 (Expedição de Guias - Tabela 16.5 12,46 x 3); subtotal R\$302,32 acrescidos ainda de: R\$60,46 (20% - Lei Estadual 3.217/99); R\$15,11 (5% - Lei 4.664/05); R\$15,11 (5% - Lei Complementar 111/06); R\$12,09 (4% Lei 6.281/12); R\$5,08 (2% Lei 11.977/2009-P.M.C.M.V.); R\$16,16 (5,26% - Lei 7.128/15 - ISS); R\$27,96 (Tabela 19.1) distribuição; totalizam R\$454,29 a serem recolhidas no prazo da Lei. Assim me disse do que dou fé. E me pediu este instrumento, que lhe fiz, o que aceita, outorga e assina dispensando a presença das testemunhas de acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Eu, (a), *Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente*, lavrei, li e encerrei o presente ato, colhendo as assinaturas. (a.a.) *Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente*; Outorgante - AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - Representante Legal: Edison Rodrigues Cremonini Filho; Selo Eletrônico Número: EDFI 15674 NHY. Nada mais. Traslada em seguida na forma da lei na presente data. Petrópolis, 29 de outubro de 2019.



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDFI 15674 NHY
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tj.jus.br/sitepublico>

Angélica Cristina Braga Arruda
Escrevente matriculado sob o 94/10092

CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS

RUA PIO XII, 26 - CAMPO GRANDE - CARACICA - ESPÍRITO SANTO - CEP: 27111-900
TABELA: BEL, ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO DE ALZIRA MARIA VIANA JUNIOR

RECONHECIMENTO DE Selo Público
Reconheço, por este selo, a autenticidade e validade dos atos públicos de ANGÉLICA CRISTINA BRAGA ARRUDA (1x), e outros, lavrados em Petrópolis, 29 de outubro de 2019.

LUZIA RICOLI - Escrevente Matriculada sob o 94/10092

Selo: 0236693-SIS100109329C04RT
Emot: R\$ 5,35 - Erc: R\$ 1,62 - TOTAL: R\$ 6,97
Consulte a autenticidade em: www.tjes.jus.br



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://www3.camara.camara.gov.br/autenticidade> sob o identificador: 3100310030003460310031003A005030

PROCURAÇÃO

Livro Nº: 277

Fls. Nº: 119

Ato Nº: 109

Procuração bastante que faz **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA**, na forma abaixo:

Saibam os que este público instrumento de procuração bastante virem que ao 29º dia do mês de outubro, no ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na sede do Cartório do 4º Ofício de Justiça de Petrópolis, situado na Rua do Imperador, nº 1.040, Centro, compareceu perante mim, *Angélica Cristina Braga Arruda - Escrevente*, como outorgante: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.524.054/0001-96, com sede na Estrada União e Indústria - nº 13810 - 4º andar - Itaipava - Petrópolis - RJ, neste ato representada por seu representante legal: **Edison Rodrigues Cremonini Filho**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 1485-B, expedida em 17/06/2016 e no CPF sob o nº 348.854.108-86, domiciliados na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis - RJ; identificado pelos documentos que me foram apresentados do que dou fé. E por ela outorgante através de seu representante legal, me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui como seus procuradores: **SUPERINTENDENTE GERAL - ITAMAR LEIS RODRIGUES**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da carteira de identidade nº 21339926-X - SSP/SP, expedida em 28/07/2009, e CPF Nº 148.785.498-66; (3.2) **SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO - DANIEL LOPES TOLEDO**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade com RG nº M-5.329.393 - SSP/MG, expedida em 20/01/1988 e CPF nº 782.938.396-00; (3.3) **SUPERINTENDE FINANCEIRO - LEONARDO PEREIRA MENDES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade com RG nº MG-6.953.999 - SSP/MG, expedido em 18/07/2014 e CPF nº 028.335.946-31; (3.4) **SUPERINTENDENTE DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO - CLAIRTON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador da Carteira de Identidade com RG nº 3896529 - SSP/PA, expedida em 27/02/1998 e CPF nº 178.015.592-15; todos domiciliados na Rua Jaime Pacheco Machado - nº 155 - Campo Grande - Cariacica - ES - CEP 29146-514; aos quais confere poderes especiais, podendo agir em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, para representar a Outorgante: **AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA - CNPJ 16.524.054/0001-96**, localizada na Estrada União e Indústria - nº 13810 - 4º andar - Itaipava - Petrópolis - RJ - CEP 25740-365 e seu estabelecimento denominado: **REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESPÍRITO SANTO - CNPJ Nº 16.524.054/0007-81**, localizada na Rua Coruja - nº 62 - Pavimento 01 - São Conrado - Cariacica - ES - CEP 29141-187, para dirigir e administrar as atividades da outorgante na sua jurisdição em todo e qualquer estabelecimento, serviço, departamento ou órgão mantido ou que vier a ser criado na jurisdição do Órgão Membro subordinado, pela Mesa Administrativa da UNIÃO; Representando-a, para tanto, perante: (1) Toda e qualquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas em seus conceitos mais abrangentes, repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e Paraestatais, inclusive Ministérios e Agências do Governo Federal, Secretarias de Governos Estaduais ou do Governo do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, seus órgãos subordinados; o MINISTÉRIO DA FAZENDA, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Conselho de Contribuintes, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Ministério do Trabalho e Emprego e suas Delegacias, Ministério de Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados do Brasil no Exterior, ou

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU NASURAS

CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
 RUA PIO XII, 56 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: (27) 3204-4850
 TABELA: BEL, ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: BEL ALLEN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 11.367/2006, que institui a assinatura eletrônica e o documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camara Cariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS
 RUA PIO XII, 56 - CAMPO GRANDE - CARIACICA - ESPÍRITO SANTO - TEL/FAX: (27) 3204-4850
 TABELA: BEL, ALZIRA MARIA VIANA - SUBSTITUTO: BEL ALLEN VIANA JUNIOR

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original autenticando-a nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 11.367/2006, que institui a assinatura eletrônica e o documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camara Cariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

AA 014454398

de países estrangeiros no Brasil, Ministério da Justiça, Instituições Financeiras e Estabelecimentos Bancários ou de Crédito, a Direção e ou Coordenação de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e do PIS, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Sindicatos Patronais e de Empregados, Conselhos Federais ou Estaduais de Profissões Regulamentadas, Cartórios de Notas, de Registro de Títulos e Documentos, de Protestos, de Registro de Imóveis, Anexos e de Pessoas Jurídicas, Serviços Notariais, Tabelionatos, Concessionárias e Permissonárias de Serviços Públicos em geral, especialmente de Comunicação, Telefonia, de Energia Elétrica, Gas, Água e Esgoto, podendo: (1.1) requerer, alegar, contestar, apresentar defesas, recursos, reclamações, protestos, recorrer, retirar ou juntar documentos; tomar ciência de despachos e decisões; transgredir e firmar acordos; fazer declarações nos autos, pagar, receber ou levantar valores, dar quitação; (1.2): receber verbas, créditos, direitos, subvenções, doações, preços, serviços, auxílios e ou importâncias de qualquer tipo, natureza ou espécie, dando e passando recibo de quitação dos valores recebidos, mesmo em restituição e ou devolução; (1.3) admitir e demitir empregados, assinar contratos de trabalho, registrar e anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social, dar anuência por, promover, aceitar e ou efetuar acordos, homologações e liquidações em rescisões de contrato de trabalho, formalizar Compromisso de Manutenção de Religiosos e ou formalizar a contratação de empregados no exterior para obtenção de seu visto de entrada no País, e demais petições e documentos exigidos pelos poderes públicos; (1.4) Receber doações, legados e outros donativos e sem encargos; adquirir bens móveis ou imóveis por qualquer título; formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, transferir ou receber domínio, posse e propriedade; (1.5) Alienar e adquirir bens móveis, semoventes e automóveis, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, transferir ou receber domínio, posse e propriedade; inclusive, cumprir diligências; juntar e retirar documentos, perante o Departamento de Trânsito - DETRAN ou departamento e órgão correspondente, na compra e venda de veículos de qualquer tipo; (1.6) Dar em locação ou arrendar bens da Outorgante a terceiros e local ou arrendar de terceiros para uso da Outorgante, de seus empregados ou ministros, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio; (1.7) conceder fiança em contratos de locação de imóveis para residência de pessoas físicas ou jurídicas a serviço de Outorgante, ou em favor de pessoas físicas ou jurídicas a serviço de entidade da qual a Outorgante seja associada, participante, coligada ou de outra forma vinculada; (1.8) Desde que acompanhado de cópia de ata legal da Outorgante autorizando o negócio, receber doações, legados e outros donativos com encargos; alienar ou prometer alienar bens imóveis, formalizar e subscrever o negócio pela maneira protocolar, podendo negociar ampla e livremente sobre todas as condições e cláusulas necessárias ao negócio, receber e dar quitação de títulos, créditos e valores relativos ao negócio, transferir domínio, posse e propriedade; (1.9) requerer, firmar e ou autorizar registros, averbações, inscrições, cancelamentos, baixas e outros atos negociais, registros ou administrativos; (1.10) perante órgãos públicos reguladores, fiscalizadores e outros que com ela se relacionem, suas patrocinadoras, instituições ou participantes, beneficiários e outros contratantes, podendo assinar Convenções ou contratos de Adesão, Termos de Inclusão ou Exclusão de Patrocinadores ou instrumentos alteradores, aprovar ou rejeitar alterações regulamentares, votar em qualquer matéria que lhe seja submetida a apreciação, bem assim subscrever todo e qualquer documento ou instrumento em que a Outorgante venha a intervir ou se manifestar, receber e cobrar contribuições e taxas; (1.11) Contratar serviços de manutenção de equipamentos, espaços e instalações; Contratar seguros; Aceitar duplicatas de compras e de prestação de serviços; (1.2) Celebrar contratos de qualquer natureza com assunção de encargos e obrigações; (2) Comparecer perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal em que a Outorgante figurar ou comparecer quer como autora, litisconsorte ou ré, promovendo com plenos e especiais poderes a defesa dos direitos e interesses dela.



**ESTATUTO DA
AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS
SUDESTE BRASILEIRA****CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO**

Art. 1º. A AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA, também designada por **ADRA SUDESTE**, constituída em uma associação civil, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área da Assistência Social, com sede na cidade de Petrópolis - RJ, que será regida por este Estatuto, e em conformidade com a legislação brasileira pertinente.

Parágrafo Único: A ADRA SUDESTE, como entidade mantida pela Associação da União Este Brasileira dos Adventistas do Setimo Dia, foi fundada em 07/02/2012, a fim de dar cumprimento às prescrições da legislação pertinente, objetivando a continuidade, sem interrupções, no âmbito de sua jurisdição e competência, a responsabilidade jurídica de existência e funcionamento dos programas e das atividades de assistência social e cultural, beneficente, assistenciais, proteção, e defesa, e assessoramento assistenciais e filantrópicos, sendo seu primitivo Estatuto registrado em 20/04/2012, sob o nº 560 no Livro A-4, Folhas 36, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 3º Ofício de Niterói - RJ, com a última alteração no 4º ofício do Cartório Civil de Pessoas Jurídicas de Petrópolis - RJ, sob o nº 10836 - livro - A-11, de 21/05/2015.

**CAPÍTULO II
DO FORO, SEDE, DURAÇÃO E JURISDIÇÃO**

Art. 2º. A ADRA SUDESTE tem foro na cidade de Petrópolis - Estado do Rio de Janeiro, localizada na: Estrada União e Indústria - Nº 13810 - 4º andar - Bairro Itaipava - CEP: 25740-365;

Parágrafo Único: A existência da ADRA SUDESTE será por prazo indeterminado.

Art. 3º. A ADRA SUDESTE, exercerá precipuamente suas atividades nos Estados do: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, e, em caráter excepcional em qualquer outra parte do território nacional.

**CAPÍTULO III
DOS FINS E OBJETIVOS**

Art. 4º. A ADRA SUDESTE, como entidade não lucrativa, beneficente, de fins assistenciais e culturais, tem por objetivos:

- I** - promoção da assistência social;
- II** - concentrar esforços e recursos em ações e programas de desenvolvimento comunitário;
- III** - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- IV** - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- V** - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VI** - incentivar a participação de agentes voluntários, nas ações e programas de desenvolvimento assistenciais, através de cursos de treinamento e capacitação;
- VII** - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VIII** - promoção e defesa de direitos sociais, construção de novos direitos e assessoria gratuita de interesse suplementar;
- IX** - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- X** - prestar amparo à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;



XI - promover, através de ações e programas de esclarecimento, de prevenção e de combate a violência doméstica ou qualquer outro tipo de violência, através de campanhas especiais, seminários e conferências;

XII - cooperar com os órgãos públicos nas ações e programas de promoção assistencial, contra turno escolar e de erradicação da miséria;

XIII - promover eventos culturais, artísticos e estimular tradições, notadamente através da arte e da música;

XIV - promover feiras, exposições e congressos, atividades desportivas, com apoio e participação da comunidade, dentro de suas possibilidades técnicas e financeiras;

XV - preparar, qualificar e habilitar o indivíduo para o mercado trabalho e o exercício consciente da cidadania;

XVI - contribuir para o desenvolvimento do espírito de solidariedade comunitária, através do aperfeiçoamento do ser humano, e do desenvolvimento de suas potencialidades;

XVII - coordenar e orientar as atividades dos serviços assistenciais existentes e promovidos com a colaboração e participação dos membros das Igrejas e congregações;

XVIII - combater, através de ações e programas de esclarecimento, de prevenção e de recuperação, os males causados pelo alcoolismo, pelo tabagismo e pelas demais drogas e tóxicos nocivos à saúde, através de campanhas especiais, seminários, conferências e cursos;

XIX - dar atenção especial aos jovens e aos juvenis com o fim de promover entre eles o cultivo das boas ações, dos atos nobres, da honra à Pátria, do respeito e amor aos pais, visando à formação do caráter, e desenvolver aptidões de civismo e altruísmo;

XX - promover atendimento de atenção à saúde preventiva, coordenar e ou participar de programas e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde ou de prevenção e controle de doenças;

XXI - promover programas e ações, na área da agricultura familiar; capacitar e promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades entre outras atividades de geração de renda;

XXII - organizar cursos práticos voltados para a capacitação e geração de renda;

XXIII - desenvolver ações e programas preventivos para minimizar, sanar e ou suprir necessidades decorrentes de calamidades e flagelos emergenciais.

XXIV - participação societária das entidades congêneres.

XXXV - A ADRA SUDESTE poderá ainda, como atividades meio, manter e empreender em seus estabelecimentos, prestação de serviços, elaboração, transformação e ou comercialização de produtos de produção própria, artesanato, massas, pães integrais e produtos correlatos destinados à defesa e à proteção da saúde; produção de material objetivando a habilitação e treinamento profissional de seus assistidos e ou obtenção de recursos adicionais para a manutenção de suas atividades beneficentes.

Parágrafo 1º - No desenvolvimento de suas atividades, a **ADRA SUDESTE** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, credo, idade, sexo, condição social e quaisquer outras formas de distinção.

Parágrafo 2º - Por obediência ao princípio da moralidade, fica vedada a ocupação simultânea de cargos de diretoria e conselho fiscal.

Parágrafo 3º - Para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 5º O patrimônio da ADRA SUDESTE compreende: os bens móveis e imóveis escriturados, registrados e ou adquiridos em seu nome, tais como: terrenos, prédios assistenciais, imóveis residenciais e de outras finalidades; bens móveis, equipamentos e instalações de sua Sede, instituições e estabelecimentos; veículos; valores mobiliários; títulos de crédito; marcas, patentes; semoventes, ações quotas societárias, títulos da dívida pública e demais bens e direitos constantes em seus livros e registros contábeis ou de que é titular.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4.º OFÍCIO PETRÓPOLIS

51º Os bens imóveis somente poderão ser alienados ou onerados mediante prévia e expressa autorização do Conselho Administrativo e através de procurador formalmente constituído.

52º No caso de alienação de bens móveis, o procurador da ADRA SUDESTE deverá estar munido de poderes especiais outorgados pelo Conselho Administrativo;

53º O patrimônio da ADRA SUDESTE não constitui bens e/ou patrimônio particular de qualquer de seus associados pessoa física e/ou membros da sua Diretoria Executiva ou do Conselho Administrativo.

54º A aquisição de qualquer bem descrito neste artigo, feita por qualquer Administração Regional ou estabelecimentos, deverá ser sempre em nome da ADRA SUDESTE.

Art. 6º. A ADRA SUDESTE não tem finalidades lucrativas, não remunera, e não concede vantagens, ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, às suas associadas, aos membros de sua Diretoria e Conselheiros, pelo exercício de seu mandato, nem a seus instituidores, benfeitores ou equivalentes, em estrita observância ao disposto no Art. 14 do Código Tributário Nacional, a saber:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 7º. O exercício social e financeiro da ADRA SUDESTE coincidirá com o ano civil.

Art. 8º. Os assentamentos contábeis da ADRA SUDESTE serão examinados por um auditor interno, pelo Conselho Fiscal e anualmente por auditoria independente.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 9º. Os recursos financeiros necessários à manutenção da ADRA SUDESTE poderão ser obtidos por:

I - Recursos próprios de seus departamentos e estabelecimentos e/ou de indenização de serviços;

II - Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

III - Termos de Fomento, Termos de Colaboração, Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;

IV - Doações de pessoas físicas e jurídicas, legados e heranças;

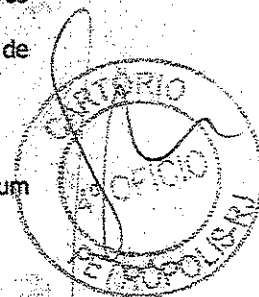
V - Contratos, termos e ou acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

VI - Recebimento de direitos autorais e outros;

VII - Subsídios e subvenções de órgãos governamentais e verbas parlamentares.

Art. 10. A ADRA SUDESTE poderá ainda, como atividades meio, manter e empreender em seus estabelecimentos, prestação de serviços, elaboração, transformação e ou comercialização de produtos de produção própria, artesanato, massas, pães integrais e produtos correlatos destinados à defesa e à proteção da saúde, produção de material objetivando a habilitação e treinamento profissional de seus assistidos e ou obtenção de recursos adicionais para a manutenção de suas atividades beneficentes.

Art. 11. A ADRA SUDESTE poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações (depois de examinados e aprovados pela diretoria), bem como firmar convênios nacionais e internacionais, com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Art. 12. Para a ADRA SUDESTE atingir os fins a que se propõe poderá receber doações e legados, mesmo com encargos; levantar empréstimos, contratar financiamentos, emitir títulos de créditos, firmar convênios para prestação de serviços, adquirir, possuir e manter propriedades móveis e imóveis, por compra, doação ou outro qualquer título, bem como onerar e alienar os mesmos se assim entender e achar conveniente.

Parágrafo único. As doações de qualquer espécie feitas à ADRA SUDESTE, seus departamentos, serviços ou estabelecimentos, não serão devolvidos em tempo algum, ressalvadas as decisões judiciais após trânsito em julgado.

CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. A prestação de contas da ADRA SUDESTE observará no mínimo:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 14. São órgãos da ADRA SUDESTE:

- I** - Quadro Associativo;
- II** - Assembleia Geral;
- III** - Conselho Administrativo;
- IV** - Conselho Fiscal;
- V** - Diretoria Executiva;
- VI** - Superintendência Regional;
- VII** - Estabelecimentos;
- VIII** - Seções Estaduais.

Art. 15. Os cargos dos membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, não são vitalícios, facultada, no entanto, a reeleição.

SEÇÃO 1 DO QUADRO ASSOCIATIVO

Art. 16. São Associadas da ADRA SUDESTE:

I - a Confederação das Uniões Brasileiras da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.871.088/0001-76, sediada na Av. L3, SGAS, Qd. 611, Módulos 75/76, Asa Sul, em Brasília-DF, com seu vigente Estatuto Social registrado no 1º Ofício de Brasília - Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 50, no Livro A-1 (CONFEDERAÇÃO);

II - a Associação da União Este Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.097.554/0001-10, sediada na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis, RJ, com seu vigente Estatuto Social registrado no 4º Ofício de Petrópolis - RJ, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 10835, no Livro A-11, 20/05/2015, (UNIÃO ESTE);

III - a Instituição Adventista Este Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.696.718/0001-38, sediada na Estrada União e Indústria - nº 13810 - Itaipava - Petrópolis, RJ, com seu vigente Estatuto Social registrado no 4º Ofício de Petrópolis - RJ, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 10833, no Livro A-11, 20/05/2015, (IAEBPAS);

[Assinatura]





4º Serviço Notarial e Registral de Petrópolis

NOTAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS • PESSOA JURÍDICA

Rua do Imperador, 1.040 • Centro • CEP 25620-001 • Petrópolis • RJ • Tel.: (24) 2233-7200 • contato@cartorio4oficio.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

IV - a Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira, CNPJ Nº 73.686.370/0001-06, sediada em Petrópolis - RJ, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 10834, no Livro A-11, 20/05/2015; **(IAEASEB)**;

V - a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.467.963/0001-15, sediada na Av. E 3, SGAS, nº 611, Módulos 75/76, Asa Sul, em Brasília, DF, neste Estatuto, simplesmente identificada por **(ADRA BRASIL)**.

Art. 17. São direitos das associadas, além de participar das atividades da ADRA SUDESTE e apresentar sugestões e propostas de interesse geral:

- I** - comparecer às Assembleias através de seus representantes, nelas podendo votar;
- II** - participar de todos os eventos promovidos pela ADRA SUDESTE;
- III** - receber da Diretoria Executiva relatórios periódicos do andamento das atividades, material informativo e as divulgações de interesse das associadas;
- IV** - indicar pessoas para ocupar cargos de membros do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva;

§ 1º São obrigações das associadas:

- I** - promover e defender o bom nome da ADRA SUDESTE, emvidando, cada uma, esforços para que seus objetivos sejam plenamente alcançados;
- II** - colaborar para a realização dos objetivos da ADRA SUDESTE e para o seu progressivo desenvolvimento;
- III** - zelar pelo cumprimento deste Estatuto.

§ 2º Poderá tornar-se associada da ADRA SUDESTE, qualquer pessoa jurídica criada, instituída ou de propriedade da Igreja Adventista do Sétimo Dia existente no País.

§ 3º A admissão de nova associada dar-se-á por solicitação desta à Diretoria Executiva e aprovação da Assembleia Geral.

§ 4º Dar-se-á a demissão da associada:

- I** - mediante sua solicitação formal, por ser um ato voluntário;
- II** - mediante sua extinção ou dissolução da entidade ou incorporação à outra pessoa jurídica, por qualquer das formas previstas em lei ou no respectivo Estatuto;

§ 5º Dar-se-á exclusão da associada:

- I** - mediante sua solicitação formal;
- II** - mediante sua extinção ou dissolução ou incorporação à outra pessoa jurídica, por qualquer das formas previstas em lei ou no respectivo Estatuto;
- III** - por deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes.
- IV** - é assegurada a associada, o direito de ampla defesa e/ou recurso a instância superior no caso de exclusão.

SEÇÃO 2

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, como órgão soberano da ADRA SUDESTE, será convocada pelo Conselho Administrativo, por meio de edital publicado na Revista Adventista ou pelo meio que o Conselho julgar mais conveniente com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

§ 1º As Assembleias serão presididas pelo Presidente da associada **UNIÃO ESTE** ou, em seus impedimentos, por seu substituto legal.

§ 2º As associadas se farão presentes nas Assembleias Gerais por representantes indicados por suas Diretorias Executivas, mediante comunicação epistolar ao Presidente da Assembleia, na seguinte proporção:

- I** - à associada Confederação das Unions Brasileiras da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a indicação de até 5 (cinco) representantes;
- II** - à associada União Este Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia, a indicação de até 10 (dez) representantes;
- III** - à associada Instituição Adventista Este Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde, a indicação de até 3 (três) representantes;
- IV** - à associada Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira, a indicação de até 3 (três) representantes;



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.cam.acariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador

3100310030003400310031003A005000

7102005

V - a associada Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Brasil, a indicação de até 3 (três) representantes.

§ 3º A própria ADRA SUDESTE será permitida a indicação de até 5 (cinco) representantes que terão direito apenas de voz, servindo como conselheiros e orientadores nas sessões da Assembleia.

§ 4º Ficará dispensada a publicação do Edital de Convocação, com a antecedência mínima prevista no caput deste artigo, quando, no ato da instalação, estiverem presentes todas as associadas, com a representação mínima indicada neste Estatuto;

§ 5º Em casos especiais, e da mesma forma que o disposto neste artigo, poderá a Assembleia Geral Ordinária, ser adiada em até 12 (doze) meses, no máximo, ficando consequentemente prorrogados os mandatos do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por igual período.

Art. 19. A Assembleia Ordinária será convocada anualmente para data e lugar designados pelo Conselho Administrativo, com atribuições para:

I - aprovar emendas, alterações e/ou reformas do Estatuto;

II - constituir o Conselho Administrativo, elegendo seus membros, com mandato de 5 (cinco) anos;

III - eleger a Diretoria Executiva com mandato de 5 (cinco) anos;

IV - apreciar e aprovar relatórios apresentados pela Diretoria Executiva;

V - aprovar os Balanços e Demonstrativos de Variação Patrimonial, recomendados pelo Conselho Administrativo;

VI - apreciar e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho Administrativo ou pela Diretoria Executiva;

VII - destituir a diretoria executiva e/ou Conselho Administrativo.

§ 1º As deliberações dos incisos II e III serão tomadas nas Assembleias Gerais Ordinárias somente a cada 5 (cinco) anos.

§ 2º As deliberações referentes ao inciso I dependerão de prévia aprovação das associadas, **CONFEDERAÇÃO e UNIÃO ESTE**.

§ 3º As associadas **CONFEDERAÇÃO e UNIÃO ESTE** terão o direito de veto quando as deliberações das Assembleias Gerais forem divergentes das propostas por elas previamente aprovadas, para deliberação sobre a matéria do inciso I deste artigo.

Art. 20. O Conselho Administrativo da ADRA SUDESTE poderá convocar, quando necessário e pela mesma forma que o estabelecido no caput do artigo 22, Assembleia Geral Extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto, inclusive o regulado no art. 23, cuja Assembleia deliberará unicamente sobre a matéria que conste do Edital de Convocação.

Art. 21. A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, será instalada com a presença de, pelo menos, 1 (um) representante da associada **CONFEDERAÇÃO**, 5 (cinco) da associada **UNIÃO ESTE**, 1 (um) da associada **IAEBPAS**, 1 (um) da associada **IAEASEB**, e 1 (um) da associada **ADRA BRASIL**.

Art. 22. A Assembleia Geral delega sua competência e autoridade ao Conselho Administrativo, por ser este formado por membros indicados pelas Assembleias, para que atue em seu nome nos intervalos entre as Assembleias Gerais Ordinárias, especificamente com autoridade para aceitar pedidos de exoneração e ou nomear substitutos a qualquer membro do próprio Conselho Administrativo ou Diretoria Executiva, para ratificação na Assembleia Geral subsequente.

Art. 23. As resoluções nas sessões plenárias da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta das associadas.

§ 1º Cada associada terá direito a um único voto nas Assembleias Gerais.

§ 2º Nas Assembleias Gerais, as associadas declararão seus respectivos votos através do seu representante legal ou se este ocupar cumulativamente mais de uma representação o voto será declarado por um outro representante indicado dentre os membros daquela delegação.

CÓPIA DO DOCUMENTO
CONFERE COM
ORIGINAL



REGISTRO CIVIL • PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4.º OFÍCIO PETRÓPOLIS

§ 3º Ao ser proferido o voto na Assembleia Geral, este voto representará a deliberação de consenso da delegação representativa da associada.

SEÇÃO 3 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 24. No intervalo entre as Assembleias Gerais Ordinárias a ADRA SUDESTE será administrada pelo Conselho Administrativo, que se reunirá por convocação de sua presidência, e, será composto de 9 (nove) membros, a saber:

- I - o Presidente da ADRA SUDESTE que será seu Presidente;
- II - o Secretário da ADRA SUDESTE que será seu Secretário;
- III - Vogais Regulares, em número de 7 (sete), nomeados pela Assembleia Geral Ordinária e/ou Conselho Administrativo, de conformidade com as disposições deste Estatuto.

§ 1º O quorum do Conselho Administrativo será de 5 (cinco) membros e quando for apenas este o número de conselheiros presentes, as deliberações serão tomadas por unanimidade de votos.

§ 2º Nenhuma deliberação poderá ser tomada pelo Conselho Administrativo sem a votação favorável de pelo menos 5 (cinco) conselheiros.

§ 3º Será automaticamente exonerado de cargo de componente do Conselho Administrativo, de Superintendentes de suas Regiões Administrativas ou Responsável Técnico dos Institutos e Estabelecimentos, aquele que deixar o cargo para o qual fora investido como integrante ou for transferido para fora do território da jurisdição da ADRA SUDESTE.

§ 4º Poderão assistir às reuniões do Conselho Administrativo pessoas por este convidadas, ou pela Diretoria Executiva, porém sem direito a voto.

Art. 25. Ao Conselho Administrativo compete:

I - aceitar o pedido de exoneração e preencher, no período administrativo vigente, qualquer vaga que ocorra no Conselho Administrativo e/ou na Diretoria Executiva da ADRA SUDESTE para ratificação pela Assembleia Geral Ordinária;

II - nomear e/ou substituir os Superintendentes de suas Regiões Administrativas;

III - fixar e delimitar a área de jurisdição de suas Regiões Administrativas;

IV - nomear os Responsáveis Técnicos e procuradores dos Órgãos, Estabelecimentos, Institutos e Serviços mantidos ou que vierem a ser criados;

V - nomear procuradores com poderes especiais, inclusive de conceder fiança em contrato de locação residencial e comercial, de representação judicial ativa ou passiva, bem como outorgar, por instrumento público os poderes que se tornarem necessários para o cumprimento do mandato geral ou específico, bancos em geral, órgãos públicos, cancelando a nomeação e/ou cassando ou revogando os poderes concedidos quando convier;

VI - autorizar a alienação por venda e ou oneração e ou permuta dos bens imóveis ou móveis, operações de crédito, empréstimos e financiamentos de qualquer natureza, oferecendo as garantias requeridas, bem como o recebimento de doações com encargos;

VII - votar orçamentos, autorizar verbas especiais, recomendar os balanços gerais e demonstrativos de variação patrimonial, as prestações de contas das verbas públicas e demais atribuições usualmente de competência de um Conselho Fiscal, para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária;

VIII - convocar Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias, ou adiá-las, de acordo com o disposto neste Estatuto;

IX - criar e organizar novas Regiões Administrativas, Institutos, Departamentos, Serviços e Estabelecimentos, e autorizar o seu funcionamento em qualquer parte do território nacional;

X - autorizar a Diretoria Executiva a admitir ou demitir trabalhadores de qualquer categoria;

XI - reconhecer os impedimentos temporários do Presidente e aprovar sua substituição, conforme previsto neste Estatuto;

XII - propor à Assembleia Geral alterações e/ou modificações do Estatuto previamente recomendadas pelas associadas **CONFEDERAÇÃO e UNIÃO ESTE**;

XIII - deliberar e ordenar sobre qualquer matéria que se tornar necessária, por mais especial que seja, a fim de que a ADRA SUDESTE possa atingir os objetivos a que se propõe.

CÓPIA DO DOCUMENTO

CONFERE COM

ORIGINAL



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador

3100310030003400310031003A005000

AM 7193090

REGISTRO CIVIL DE 8
CARTÓRIO 4.º OFÍCIO JURÍDICA
PETROPOLIS

Parágrafo Único: A representação do Conselho Administrativo perante os Cartórios de Notas e/ou Tabeliães para fins de outorga de procurações, poderá ser exercida por seu Advogado/Assessor Jurídico ou por qualquer membro do referido Conselho Administrativo.

Art. 26. O Conselho Administrativo somente poderá deliberar sobre a tomada de empréstimos, contratação de financiamentos, abertura de créditos ou contratação de hipotecas pelos administradores ou procuradores da ADRA SUDESTE, após prévia e expressa aprovação da operação pela Associada **CONFEDERAÇÃO**.

SEÇÃO 4 DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27. A Diretoria Executiva da ADRA SUDESTE será composta dos seguintes membros:

- I - um Presidente;
- II - um Secretário;
- III - um Economista.

Art. 28. O mandato administrativo da Diretoria Executiva será de 5 (cinco) anos e abrangerá o período compreendido entre as Assembleias Gerais Ordinárias, exercendo suas atribuições perante terceiros através de procurações conferidas pelo Conselho Administrativo, devendo submeter a ele e à Assembleia Geral Ordinária, relatório de sua gestão.

Parágrafo único. Os cargos da Diretoria executiva não são vitalícios, podendo ser reconduzidos por mandatos consecutivos ou não.

Art. 29. A Diretoria Executiva se desincumbirá das atribuições previstas neste Estatuto e as conferidas pelo Conselho Administrativo.

§ 1º Ao Presidente compete:

- I - organizar o planejamento geral das atividades da ADRA SUDESTE;
- II - presidir as sessões do Conselho Administrativo;
- III - supervisionar todos os níveis da administração e fazer cumprir as deliberações do Conselho Administrativo;
- IV - tratar dos interesses gerais da ADRA SUDESTE, de suas Regiões Administrativas, Institutos, Departamentos, órgãos, Serviços e Estabelecimentos e representá-la perante terceiros.

§ 2º Ao Secretário compete:

- I - convocar, de acordo com o Presidente, as reuniões do Conselho Administrativo;
- II - secretariar as sessões das Assembleias Gerais e do Conselho Administrativo redigindo suas respectivas atas;
- III - preparar relatórios estatísticos relativos à Secretaria;
- IV - substituir o Presidente em seus impedimentos temporários, mediante a aprovação do Conselho Administrativo;
- V - ter participação ativa como membro da Diretoria Executiva e atuação conjunta nas atividades administrativas.

§ 3º Ao Economista compete:

- I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho Administrativo os Balanços Gerais e os Demonstrativos da Variação Patrimonial, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária;
- II - administrar e fiscalizar a execução orçamentária;
- III - gerir as operações financeiras, bancárias e com terceiros, de conformidade com as deliberações do Conselho Administrativo ou os poderes conferidos;
- IV - supervisionar a escrituração contábil e a Seção do Pessoal;
- V - substituir o Presidente e o Secretário, quando ambos estiverem impedidos ou ausentes;
- VI - ter participação ativa como membro da Diretoria Executiva e atuação conjunta nas atividades administrativas;
- VII - representar a ADRA SUDESTE perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, em matéria fiscal e/ou tributária.



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 4º OFÍCIO PETRÓPOLIS

9

SEÇÃO 5 DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da administração contábil e financeira da ADRA SUDESTE, será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com poder e competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais, emitindo parecer quando necessário.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto.

§ 2º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 3º Em caso de ausência ou impedimento do titular, assume o suplente.

Art. 30. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da ADRA SUDESTE;
 - II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, relatórios de atividades, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
 - III - aprovar a prestação de contas das verbas públicas ou privadas;
 - IV - requisitar à tesouraria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela ADRA SUDESTE;
 - V - contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- § 1º - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 12 (doze) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.
- § 2º - Por obediência ao princípio da moralidade, fica vedada a ocupação simultânea de cargos de diretoria e conselho fiscal.

SEÇÃO 6 DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Art. 31. A Superintendência Regional será nomeada pelo Conselho Administrativo para um mandato de 5 (cinco) anos, podendo haver recondução para mandatos consecutivos ou não, e será constituída por:

- I - Superintendente Administrativo Regional;
 - II - Superintendente Financeiro Regional;
 - III - Superintendente de Planejamentos de Projetos Regional.
- § 1º Ao Superintendente Administrativo Regional compete:
- I - implementar no âmbito de sua competência as políticas institucionais;
 - II - elaborar o planejamento geral das atividades da ADRA SUDESTE;
 - III - presidir as reuniões da Comissão Consultiva e de Planejamento Regional;
 - IV - assessorar na elaboração e análise de projetos, prestar assistência em seu planejamento e fiscalizar sua implementação e funcionamento;
 - V - fomentar as atividades de captação de recursos da entidade, ampliando o escopo de parceiros;
 - VI - manter a Diretoria Executiva permanentemente informada sobre todas as atividades desenvolvidas;
 - VII - elaborar, regularmente, relatórios sobre o andamento das atividades e dos projetos desenvolvidos pela ADRA SUDESTE;
 - VIII - cumprir e fazer cumprir, nos respectivos estabelecimentos, as disposições deste Estatuto, bem como as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo;
 - IX - secretariar as sessões do Conselho Administrativo, redigindo suas respectivas atas.
- § 2º Ao Superintendente Financeiro Regional compete:
- I - contribuir na elaboração e execução da proposta orçamentária anual;
 - II - fornecer periodicamente, as Administrações Regionais e ou aos coordenadores dos estabelecimentos, informações e sobre o desempenho financeiro;
 - III - zelar pelas políticas institucionais, no seu âmbito de atuação;
 - IV - zelar pelo patrimônio físico da ADRA SUDESTE;
 - V - responsabilizar-se pela apresentação dos balancetes mensais a diretoria executiva;



VI - gerenciar as operações financeiras e bancárias, em conformidade com as deliberações do Conselho ou poderes conferidos;

VII - gerenciar a escrituração contábil e a Seção do Pessoal;

VIII - responder pelos contratos, convênios, termos, parcerias e financiamentos com agências nacionais de cooperação e desenvolvimento social;

IX - responsabilizar-se pelas prestações de contas de todos os recursos e bens recebidos, tanto do que se refere à correta aplicação dos recursos, quanto ao enquadramento nas disposições do Art. 17, remetendo-as à apreciação e aprovação do Conselho Fiscal.

§3º Ao Superintendente de Planejamentos de Projetos Regional compete:

I - planejar, elaborar e analisar projetos assistenciais, prospectar convênios com órgãos públicos e ou privados, nacionais e ou internacionais;

II - supervisionar o desenvolvimento e aplicações dos recursos nas finalidades especificadas, zelando para que cada estabelecimento existente, cumpra com os objetivos estatutários da ADRA SUDESTE.

III - secretariar as reuniões da Comissão Consultiva e de Planejamento Regional;

IV - elaborar projetos recomendados pela Comissão Consultiva com o fim de captação de recursos e colaborar ativamente na prospecção de convênios nos termos do inciso I, supra;

V - orientar os Coordenadores dos estabelecimentos quanto a observância das formalidades na prestação de contas dos recursos recebidos em seu respectivo estabelecimento;

VI - supervisionar a elaboração da prestação de contas de todos os recursos e bens recebidos, observadas as disposições do Art. 17.

Art. 32. As demais atribuições, funções e encargos dos integrantes da Superintendência Regional serão definidos pelo Conselho Administrativo, com observância das disposições deste estatuto.

Art. 33. A Superintendência Regional, sem personalidade jurídica própria, realizará e desenvolverá as atividades que lhe competir, abrangendo estabelecimentos, departamentos e serviços existentes ou que vierem a ser criados.

Art. 34. Os Superintendentes Regionais não perceberão da ADRA SUDESTE remuneração, benefícios ou vantagens, a qualquer título.

SEÇÃO 7 DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Art. 35. Os Estabelecimentos poderão estabelecer Seções Estaduais, se assim acharem necessário, para descentralização administrativa e maior facilitação no cumprimento dos objetivos sociais junto às comunidades carentes, locais.

Art. 36. As Administrações Regionais correspondem as áreas físicas resultantes da divisão geográfica dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo seus limites fixados pelo Conselho Administrativo.

Art. 37. Todas as Administrações Regionais, estabelecimentos, departamentos, serviços, programas e projetos criados, mantidos e supervisionados pela ADRA SUDESTE estão diretamente subordinados ao Conselho Administrativo e à Diretoria Executiva.

Parágrafo único A Diretoria ou as Administrações Regionais, para satisfazer as exigências da legislação pertinente, contratarão profissionais habilitados para responder tecnicamente perante os Órgãos Públicos e ou Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional pelas atividades de seus estabelecimentos.

Art. 38. A Comissão Consultiva e de Planejamento Regional constituída na Administração Regional, funcionará como órgão de assessoramento da Superintendência.





4º Serviço Notarial e Registral de Petrópolis

NOTAS • TÍTULOS E DOCUMENTOS • PESSOA JURÍDICA

Rua do Imperador, 1.040 • Centro • CEP 25620-001 • Petrópolis • RJ • Tel.: (24) 2233-7200 • contato@cartorio4oficio.com.br

REGISTRO CIVIL
CARTÓRIO 4.º OFÍCIO

11

DE PESSOAS JURÍDICAS
PETRÓPOLIS

SEÇÃO 8

DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ESTABELECIMENTOS

São integrantes da ADRA SUDESTE, os estabelecimentos/filiais, subordinados e vinculados, sem personalidade jurídica própria, além de outros que vierem a ser propostos e ou criados pelo Conselho Administrativo:

I - Região Administrativa de Minas Gerais - CNPJ Nº 16.524.054/0002-77 - Av. Portugal, 931 - Jardim Atlântico - 31550-000 - Belo Horizonte - MG - CEP 31550-000;

II - ADRA - Juiz de Fora - CNPJ Nº 16.524.054/0004-39 - Rua Barão de Cataguases, 121 - 3º Andar - Santa Helena - Juiz de Fora - MG - CEP 36015-370;

III - Região Administrativa do Rio de Janeiro - CNPJ Nº 16.524.054/0003-58 - Rua do Matoso, 37 - Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20270-132;

IV - ADRA - Governador Valadares - CNPJ Nº 16.524.054/0005-10 - Rua Afonso Pena, 3402 - Centro - Governador Valadares - MG - CEP 35010-001;

V - ADRA - Uberlândia - CNPJ Nº 16.524.054/0006-09 - Rua João Batista Coelho, 50 - Luizote de Freitas - Uberlândia - MG - CEP 38414-234;

VI - Região Administrativa do Espírito Santo - CNPJ Nº 16.524.054/0007-81 - Rua Coruja, 62 - Pavimento 1 - São Conrado - Cariacica - ES - CEP 29141-187;

Art. 39. A criação de novos estabelecimentos dar-se-á por aprovação da Diretoria Executiva e deliberada pelo Conselho Administrativo.

Art. 40. Os estabelecimentos mantidos, não têm fins lucrativos, sendo a eventual variação patrimonial de suas atividades, reinvestida nos fins institucionais e estatutários e ou, em atendimentos gratuitos a pessoas carentes.

Parágrafo único A fim de prover recursos necessários à consecução de seus objetivos estatutários, os estabelecimentos poderão desenvolver atividades meio, em conformidade com o Art. 14.

Art. 41. A ADRA CENTRAL é entidade de conselho e coordenação de suas Administrações Regionais, seus estabelecimentos, entre si, cabendo apoiá-los na realização dos objetivos que lhes são comuns.

Art. 42. A coordenação das atividades de cada estabelecimento será exercida por um Coordenador nomeado por deliberação do Conselho Administrativo.

CAPÍTULO VIII DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

Art. 43. A representação legal, judicial ativa ou passiva caberá ao Presidente, e, adicional e separadamente a representantes legais especialmente designados pelo Conselho Administrativo, o(s) qual(is) poderá(ão) constituir advogados, outorgando-lhes o necessário mandato com cláusula "ad judicium" e demais poderes constantes no art. 105 do Código de Processo Civil, com validade até o trânsito em julgado das decisões, nas ações administrativas municipais, estaduais e federais, e judiciais em que intervierem, inclusive, podendo outorgar procuração para outros fins, com a finalidade para atender necessidades específicas em casos emergenciais, ambas por instrumento público ou particular.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. As associadas da ADRA SUDESTE e os integrantes do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva e das Superintendências Regionais não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da mesma, salvo por violação deste estatuto ou de disposição expressa de lei.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000

AAA 7193100

REGISTRO CIVIL 12
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
PETRÓPOLIS

Art. 45. O presente Estatuto poderá ser emendado ou alterado a qualquer tempo, por resolução de 2/3 (dois terços) das associadas presentes a uma Assembleia Geral devidamente convocada.

Parágrafo único. As emendas a que se refere o presente artigo deverão ser propostas pelo Conselho Administrativo à Assembleia.

Art. 46. A ADRA SUDESTE só poderá ser dissolvida ou extinta por voto da maioria absoluta dos representantes das associadas presentes a uma Assembleia Geral Extraordinária para tal fim convocada, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Parágrafo único. Em caso de dissolução ou extinção da **ADRA SUDESTE**, todo o patrimônio remanescente será destinado a entidades sem fins lucrativos congêneres, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 47. O Presente Estatuto revisto, emendado e com sua nova redação consolidada, foi aprovado e referendado pelas Associadas presentes e devidamente representadas à 1ª Assembleia Geral Ordinária da: Agência Adventista De Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, realizada no Auditório do Instituto Petropolitano Adventista de Ensino, localizado na Rodovia 040, Km 68 - Araras - Petrópolis - RJ CEP: 25725-580, no dia 27 de Novembro de 2017, passando a vigor a partir do registro formal no Cartório Civil do Registro de Pessoas Jurídicas, competente.

Petrópolis (RJ), 27 de Novembro de 2017

Maurício Pinto Lima
Presidente

Leonidas Verneque Guedes
Secretário

Visto: Paulo Roberto Gomes
OAB RJ 73231

PAULO CESAR CALLERI - Titular Serventia
Rua do Imperador, 1.044 - Centro - CEP 25620-001 - Petrópolis - RJ
Telefone: (24) 2233-7200 - E-mail: cartorio@cartorio4oficio.com.br
AA256525
050720

Cartório Civil do Registro de Pessoas Jurídicas
Petrópolis - RJ

PAULO CESAR CALLERI - Titular Serventia
Rua do Imperador, 1.044 - Centro - CEP 25620-001 - Petrópolis - RJ
Telefone: (24) 2233-7200 - E-mail: cartorio@cartorio4oficio.com.br
AA256525
050720

Cartório Civil do Registro de Pessoas Jurídicas
Petrópolis - RJ

Assessoria Jurídica Murakami
Presidente - Mat. 94/18512
Petrópolis - RJ

PAULO CESAR CALLERI - Titular Serventia
Rua do Imperador, 1.044 - Centro - CEP 25620-001 - Petrópolis - RJ
Telefone: (24) 2233-7200 - E-mail: cartorio@cartorio4oficio.com.br
AA256525
050720

ESTA CÓPIA CORRESPONDE À CERTIDÃO DO REGISTRO 8331
EFETUADO NESTE CARTÓRIO NO LIVRO A-2 EM 11/12/2017
PETRÓPOLIS, 11/12/2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www3.camaracariacica.es.gov.br/autenticidade> sob o identificador 3100310030003400310031003A005000